

2011

EDIÇÃO 32
FEVEREIRO/MARÇO

R\$10



BRASIL SUSTENTÁVEL

Impresso Especial
9912224192 3/8 - DR/RJ
CEBDS
...CORREIOS...

UMA PUBLICAÇÃO DO CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



ESPERANCA RENOVADA EM CANCUN

MESMO SEM DEFINIÇÃO DAS METAS A SEREM CUMPRIDAS PELOS PAÍSES, COP-16 DEVOLVE CONFIANÇA AO PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO MULTILATERAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS



ÍNDICE CARBONO EFICIENTE

BM&FBOVESPA E BNDES LANÇAM ÍNDICE QUE DESTACA EMPRESAS MAIS EFICIENTES EM EMISSÕES DE GASES DO EFEITO ESTUFA



BONS NEGÓCIOS NA SELVA

O CASAL DE PESQUISADORES LIANA JOHN E EVARISTO DE MIRANDA LANÇA UM LIVRO SOBRE A ONÇA E DESTACA O IMENSO POTENCIAL COMERCIAL DA BIODIVERSIDADE BRASILEIRA, MAS ALERTA QUE É PRECISO INVESTIR EM INOVAÇÃO



NO PROGRAMA RECICLOU, GANHOU, CADA GARRAFA É UMA JOIA.

Junia Machado fabrica jóias. O Programa Reciclou, Ganhou do Instituto Coca-Cola Brasil fabrica futuro. Os dois se uniram, e a Junia vai dar oficinas de capacitação na Associação dos Catadores do Jardim Gramacho no Rio de Janeiro. Os catadores vão aprender a fazer flores com o PET que recolhem – que a própria Junia vai aplicar em sua nova coleção de jóias de PET. Vão aprender a fazer luxo do lixo, e ter novas oportunidades.

Junia



BRASIL
Coca-Cola
VIVA POSITIVAMENTE

www.juniamachado.com.br / www.cocacolabrasil.com.br



CEBDS

Conselho Empresarial Brasileiro
para o Desenvolvimento Sustentável

Av. das Américas, 1.155 – grupo 208, 22631-000, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Tel.: 55 21 2483.2250, e-mail: cebds@cebds.org, site: www.cebds.org

V I N C U L A D O A O
WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT (WBCSD)

PRESIDENTE-EXECUTIVA

Marina Grossi

CHAIRMAN

Marcos Bicudo

PRESIDENTE DE HONRA

Erling Sven Lorentzen

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Carlos Eduardo
Garrocho de Almeida
Holcim
Franklin Feder
Alcoa

Gilbert Landsberg
Shell Brasil
João Batista
Ferreira Dornellas
Nestlé

Sidnei Basile
Abril
Marco Simões
Coca-Cola

Antonio Carlos
Manssour Lacerda
Basf
Hélio Ribeiro Duarte
HSBC

DIRETORIA

Vânia Somavilla
Vale
Jorge Soto
Braskem

Altair Assumpção
Grupo Santander Brasil
Wilson Santarosa
Petrobras

CÂMARAS TEMÁTICAS

ÁGUA
PRESIDENTE: Yazmin Trejos
Amanco
VICE-PRESIDENTE: Josemar Picanço
Coca-Cola
BIODIVERSIDADE E BIOTECNOLOGIA
PRESIDENTE: Gloverson Moro
Syngenta Seeds
VICE-PRESIDENTE:
Maria Cláudia Grillo
Petrobras

**COMUNICAÇÃO E EDUCAÇÃO
PARA A SUSTENTABILIDADE**
PRESIDENTE: Eraldo Carneiro
Petrobras
CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL
PRESIDENTE: Carlos Eduardo
Garrocho de Almeida
Holcim
VICE-PRESIDENTE:
Jean Rodrigues Benevides
Caixa Econômica Federal

ENERGIA E MUDANÇA DO CLIMA
PRESIDENTE: David Canassa
Votorantim Participações
VICE-PRESIDENTE: Renata Araújo
Vale
FINANÇAS SUSTENTÁVEIS
PRESIDENTE: Wagner Siqueira
Banco do Brasil

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL
PRESIDENTE: Enio Viterbo Junior
Gerdau
GESTÃO SUSTENTÁVEL
PRESIDENTE: Ana Lúcia Suzuki
Basf
VICE-PRESIDENTE: Sue Wolter Vianna
Petrobras

EQUIPE CEBDS

Beatriz Carneiro
Fernanda Gimenes
Fernanda Resende

Juliana Queiroz
Laura Coelho
Leandro Batista

Lia Lombardi
Pablo Vázquez
Phelipe Coutinho

Silvana Nocito
Sueli Mendes
Verônica Oliveira

ASSOCIADOS CEBDS

- 3M do Brasil LTDA.
- Abралatas
- Alcoa Alumínio S.A.
- Allianz Seguros
- Amanco Brasil S.A.
- AmBev – Companhia de Bebidas das Américas
- ArcelorMittal Brasil
- Bahia Mineração
- Banco do Brasil
- Basf S.A.
- Bayer S.A.

- BP Brasil LTDA.
- Bradesco S.A.
- Braskem S.A.
- Caixa Econômica Federal
- Chemtech
- Cia. Brasileira de Petróleo Ipiranga
- Cia. Energética de Minas Gerais – Cemig
- Coca-Cola
- Copel
- CPFL Energia

- DNV
- EBX
- Ecopart
- Eletronuclear – Eletrobras Termonuclear S.A.
- Energias do Brasil
- Furnas – Centrais Elétricas S.A.
- Gerdau Açominas S.A.
- Goodyear do Brasil
- Grupo Abril
- Grupo Santander
- Holcim Brasil S.A.

- HSBC
- Itaú Unibanco
- Lorentzen Empreendimentos S.A.
- Michelin
- Monsanto do Brasil LTDA.
- Natura Cosméticos
- Nestlé Brasil LTDA.
- Organização Odebrecht
- Organizações Globo
- Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A.
- Philips

- Pirelli Pneus
- Shell Brasil LTDA.
- Solvay do Brasil LTDA.
- Souza Cruz S.A.
- Suzano Papel e Celulose
- Syngenta Seeds LTDA.
- TIM
- Usiminas – Usinas Siderúrgicas de MG S.A.
- Vale
- Votorantim Participações S.A.
- Walmart Brasil

FOTO DE CAPA: Henry Romero/REUTERS

IMAGEM MISSÃO DA NASA SOBREVOA ANTÁRTIDA MAPEANDO POLOS GELADOS DA TERRA	6	20	REPORTAGEM DE CAPA COP-16, EM CANCÚN, DEVOLVE CONFIANÇA A PROCESSO DE NEGOCIAÇÃO MULTILATERAL
NOTAS COMUNICAÇÃO, PESQUISA, TECNOLOGIA, CANA-DE-AÇÚCAR, TENDÊNCIAS	8	28	ENTREVISTA LIANA JOHN E EVARISTO MIRANDA FALAM SOBRE BIODIVERSIDADE E NEGÓCIOS
FERRAMENTA ÍNDICE CARBONO EFICIENTE LANÇADO PELA BM&F BOVESPA E BNDES	12	32	LIDERANÇA ANA MARIA DRUMMOND LIDERA ONG NO COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL
PANORAMA NEGÓCIOS VERDES E ATLAS SOBRE PETRÓLEO, MAR E BIODIVERSIDADE NO BRASIL	14	34	CONSUMO PRODUTOS MAIS SUSTENTÁVEIS AINDA CUSTAM MUITO MAIS CARO
AGENDA PREPARE-SE PARA OS EVENTOS DE MARÇO E ABRIL	16	36	SUSTENTÁVEL 2010 A OPORTUNIDADE POUCO EXPLORADA DOS NEGÓCIOS INCLUSIVOS
VISÃO 2050 CONGRESSO EM SETEMBRO DEBATERÁ AGENDA PARA A NOVA SOCIEDADE	18	38	OPINIÃO FILIPPO VEGLIO DISCUTE CAMINHOS PARA INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DAS EMPRESAS

BRASIL
SUSTENTÁVEL

EXPEDIENTE

REPORT COMUNICAÇÃO
Av. Brigadeiro Luís Antônio, 3.530
- 5º andar - Jd. Paulista -
São Paulo - SP - CEP 01402-001
telefone: 55 11 3051.8400
e-mail: report@reportcomunicacao.
com.br

Direção
Álvaro Almeida (mtb: 45384)
Estevam Pereira (mtb: 21302)

Conselho editorial
Ana Lúcia Suzuki (BASF)
Carlos Eduardo Garrocho
de Almeida (Holcim)
Enio Viterbo Junior (Gerdau)
Eraldo Carneiro (Petrobras)
Luís César Stano (Petrobras)
Sue Wolter Vianna (Petrobras)
Yazmin Trejos (Amanco)
Wagner Siqueira (Banco do Brasil)

Coordenação
CEBDS
Marina Grossi
Lia Lombardi
Fernanda Resende e Sueli Mendes
(Assessoria)

Edição
Fátima Cardoso (redatora-chefe)
Alessandra Pereira,
Álvaro Penachioni,
Beto Gomes, Daniela Vianna,
Fernando Badó, Raquel Sabrina
e Rita Nardy (editores)
Conrado Loiola, Michele Silva,
Paula Andreggheto,
Pedro Michepud
e Sílvia Wargaftig
(repórteres)

Edição de imagens
PC Pereira

Direção de arte
MENTES DESIGN
Marcel Votre
Marcio Penna

Revisão
Assertiva Produções Editoriais

Administrativo
Cristina Almeida (diretora)
Cícero Gomes

Financeiro
Carlos Nascimento

Publicidade
SÓLIDA CONCEITUAL
Telefone: 55 21 3154-9454 - e-mail:
marketing@solidaconceitual.com.br
Marcia Alvaredo (diretora)
Michel Santos (executivo
de atendimento)

Jefferson Eduardo (marketing)
Denise Barreto (gerente financeira)

Impressão
Ediouro

Tiragem
5 mil exemplares

A revista BRASIL SUSTENTÁVEL é uma
publicação do Conselho Empresarial
Brasileiro para o Desenvolvimento
Sustentável (CEBDS). Os artigos não
refletem necessariamente a opinião
do CEBDS, sendo de responsabilidade
dos articulistas e entrevistados.



ADOLESCÊNCIA TURBULENTA

O relatório *Visão 2050: uma nova agenda para as empresas*, lançado no ano passado pelo World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), aponta a próxima década como o período da “adolescência turbulenta”. Um tempo em que um novo senso de urgência ajudará a coordenar as ações para reorientar o crescimento rumo a um mundo sustentável de fato. É a hora em que as decisões que determinarão nosso futuro terão que ser tomadas. E é justamente nesse começo de década que o Brasil receberá a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio +20, para discutir a economia verde e a governança da sustentabilidade no mundo.

Foi pensando na convergência das discussões da Rio +20 com os objetivos do *Visão 2050*, de iluminar o caminho rumo a um novo modelo de desenvolvimento, que idealizamos o Sustentável 2011, o 4º Congresso Internacional do CEBDS. Nosso encontro será também no

Rio, e nesta edição, a BRASIL SUSTENTÁVEL detalha o que faremos lá. A proposta é ousada, mas tenho certeza de que podemos contribuir para que o país assuma compromissos que o coloquem à frente na corrida verde.

Esta edição também traz uma reportagem sobre os avanços obtidos na 16ª Conferência da ONU sobre Mudança do Clima, a COP-16 de Cancún. Em “Negociação volta aos trilhos”, a BS nos ajuda a entender melhor os desafios desta década, como o de integrar a adoção de tecnologias de baixo carbono a uma profunda mudança cultural que interfira em hábitos pessoais, em modelos de produção e consumo, em legislação de ocupação do solo, entre outras. Reflexões que nortearão cada vez mais as ações e os projetos de países e empresas em todo o mundo.

Marina Grossi

DIRETO DO CONSELHO

Economia verde

O CEBDS promoveu, no dia 1º de março, o lançamento oficial da versão em português do *Visão 2050*, com um debate entre a presidente do CEBDS, Marina Grossi, a subsecretária de Economia Verde do Estado do Rio de Janeiro, Suzana Kahn, e o presidente da Câmara Técnica de Desenvolvimento Sustentável da Prefeitura do Rio, Sérgio Besserman. O encontro também abordou a economia verde e a governança da sustentabilidade, temas que norteiam as discussões da Rio+20, a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente que acontecerá em junho de 2012, no Rio de Janeiro.

Risco Socioambiental

A Câmara Temática de Finanças Sustentáveis (CTFin) promove nos dias 15 e 16 de março, em São Paulo, o *Workshop* sobre Risco Socioambiental. As aulas do consultor Reginaldo Magalhães são direcionadas a 30 pessoas, entre representantes dos maiores bancos no Brasil e convidados. O *workshop*, que surgiu de uma demanda da câmara em desenvolver melhor o aspecto social para o setor bancário, tem uma abordagem prática e conta com *cases* nacionais e internacionais. Participam da CTFin profissionais das áreas de crédito, análise de risco, seguros e sustentabilidade dos bancos e seguradoras.

CEBDS no TEDxRio

A importância da próxima década para o Rio de Janeiro também motivou a realização do primeiro TEDxRio, um evento independente, que reuniu centenas de pessoas em torno de 23 nomes relacionados à sustentabilidade e ao jeito de ser, pensar e agir do carioca. O CEBDS estava lá e apresentou em um estande a publicação *Diretrizes para a Sustentabilidade dos Megaeventos*. Lançado em Cancún durante a COP-16, o estudo, feito em parceria com a Coppe/UFRJ, traz as experiências de sustentabilidade em grandes eventos e orientações para as “Olimpíadas verdes” no Rio, em 2016.

A high-angle aerial photograph of a vast, snow-covered mountain range, likely the Transantarctic Mountains. The terrain is rugged and covered in deep snow, with some rocky outcrops visible. In the upper left corner, the two large jet engines of a DC-8 aircraft are visible, indicating the photo was taken from the plane's perspective. The sky is a pale, hazy blue, suggesting a high-altitude or polar environment.

IMAGEM

A ERA DO DEGELO

Uma foto tirada, em novembro de 2010, a bordo do DC-8 IceBridge da Nasa mostra uma geleira das Montanhas Transantárticas, uma cordilheira que atravessa o continente. Essa missão é parte de um programa, previsto para durar seis anos, que mapeará o gelo polar da Terra a partir de aviões, tanto ao norte quanto ao sul. O objetivo é ter uma visão tridimensional de toda a área coberta de gelo do Ártico e da Antártida, permitindo ver como elas estão mudando rapidamente.

FOTO: Sara DeWitt/Nasa



NOTAS

«EDIÇÃO FÁTIMA CARDOSO»

COMUNICAÇÃO • PESQUISA • TECNOLOGIA

A virada da Nike

Anos depois de se tornar o exemplo mais fácil de ser citado como uma empresa pouco afeita às práticas de responsabilidade corporativa, graças a denúncias de uso de mão de obra infantil em fábricas na Ásia, a Nike vira o jogo e adota uma postura mais agressiva para falar de sustentabilidade – e para agir.

A novidade mais recente é o lançamento público de uma ferramenta de *design* de roupas esportivas que avalia impactos ambientais. Publicada na internet e disponível para uso até pelos concorrentes, a Environmental Apparel Design Tool considera itens de matéria-prima, resíduos e tratamento de tecidos (como tingimento), avaliando, por exemplo, consumo de água, de energia e presença de materiais tóxicos. A ferramenta pode ser acessada em: tinyurl.com/nikeferramenta.

Entre os produtos mais famosos nascidos com a ajuda da Environmental Apparel Design Tool estão as camisas das seleções de futebol patrocinadas pela Nike no Mundial da África de 2010, que eram feitas de poliéster



Seleção brasileira veste oito garrafas de PET

fabricado a partir de garrafas plásticas recicladas. A mais nova camisa da seleção brasileira, lançada em fevereiro, continua nessa moda sustentável: cada peça é feita com

fios originados do plástico reciclado de oito garrafas PET.

De acordo com a Nike, o uso do poliéster reciclado nos produtos da empresa em 2010 evitou que 82 milhões de garrafas PET fossem parar em aterros sanitários. Se todos os fabricantes de roupas esportivas utilizassem o poliéster

reciclado em apenas um terço de sua produção, a demanda de garrafas seria maior do que a produção, e muito provavelmente nenhuma garrafa PET seria vista novamente em aterros.

Para comunicar essa e outras iniciativas, a Nike lançou recentemente o site nikebetterworld.com, que deixa de lado plantinhas e passarinhos para ir direto ao ponto com ironias ácidas.

“Nossos produtos são um monte de lixo”, diz a apresentação das camisas feitas de garrafas PET. “Um pé faz o bem. Outro pé chuta traseiros” é a chamada do tênis para mulheres Nike Free TR Fit. Sobre a caixa de sapatos mais leve, feita com menos papel, a mensagem vai direto ao ponto: “Não abraçamos árvores, nós as salvamos”.

AS EMPRESAS MAIS VERDES DE 2010

O site americano Greenopia (www.greenopia.com), um diretório que avalia produtos e serviços para um estilo de vida mais sustentável em diversas cidades do mundo, elegeu as empresas mais “verdes” do ano passado em sete categorias, de acordo com critério como construção sustentável, gestão da cadeia de fornecimento, embalagens e publicação de relatórios de sustentabilidade. Veja a lista das campeãs em cada categoria, além de alguns exemplos do que elas fazem em práticas sustentáveis:

DELL [ELETRÔNICOS] uma das maiores fabricantes de computadores do mundo, a Dell leva em consideração o ciclo de vida dos produtos durante o processo de fabricação e, nos Estados Unidos, tem um amplo programa de recolhimento de equipamentos usados. Os computadores Dell são recolhidos e reciclados sem custo para o consumidor, mas uma pequena taxa é cobrada se o aparelho for de outro fabricante.

IKEA [PRODUTOS PARA CASA] a fabricante de móveis sueca alia preços baixos e popularidade a critérios de sustentabilidade, como ter 71% de seus produtos recicláveis ou feitos de material reciclado.

HONEST TEA [BEBIDAS] considerada pelo Greenopia a mais sustentável entre as companhias de bebidas, inclusive por publicar seu relatório de sustentabilidade, a produtora de chás e sucos só usa ingredientes orgânicos, naturais e provenientes de práticas de comércio justo.

HONDA [VEÍCULOS] com seu primeiro carro híbrido lançado em 1999 (o Insight), muito antes do Toyota Prius, a fábrica de origem japonesa conseguiu a melhor colocação entre as montadoras por ter a maior quantidade de modelos com baixo consumo de combustível.

PATAGONIA [MODA] a fábrica de roupas de esportes de aventura é considerada uma das empresas mais alinhadas às práticas de responsabilidade corporativa nos Estados Unidos. Além de produtos feitos com materiais reciclados ou de menor impacto ambiental, a empresa tem políticas e práticas de controle das condições de trabalho nas fábricas.

PIZZA FUSION [ALIMENTOS] a cadeia de restaurantes oferece pizzas feitas com ingredientes orgânicos e distribuídas em frota de veículos híbridos. Suas mais de 60 lojas obedecem a vários critérios de construção sustentável, e os clientes que devolvem as caixas de pizza ganham desconto na próxima compra.

VIRGIN [AVIAÇÃO] sua frota de aviões modernos tem *winglets* (aletas situadas nas pontas das asas) especialmente desenhados, o que leva a mais eficiência no consumo de combustível e a menor emissão de gases de efeito estufa pelas turbinas. Além de ter o prédio do escritório central certificado pelo Leed, um selo de construção sustentável, a empresa também investe em pesquisa com biocombustíveis para aviões.



SALVE COMO .WWF E POUPE AS ÁRVORES

Se antes a campanha da WWF era “pense antes de imprimir”, agora não é preciso ter o trabalho de pensar. A ONG dedicada a causas ambientais lançou um formato de documentos que simplesmente impede a impressão – o formato “.wwf”. Para isso, é preciso entrar no site saveaswwf.com, baixar o programa e instalá-lo. Com isso, o menu de impressão passará a apresentar a opção “salvar como wwf”.

Os documentos nesse formato podem ser abertos com a maioria dos programas que abrem PDF – só não será possível imprimi-los. O objetivo do WWF é contribuir para a redução do consumo de papel, que, segundo a ONG, é de 1 milhão de toneladas por dia em todo o mundo e cresce constantemente. Ainda que as árvores usadas como matéria-prima venham de áreas plantadas – como acontece no Brasil – e não de florestas nativas, a fabricação de papel consome muitos recursos naturais, como o solo, água e energia.



Doce concreto

Cinzas da queima do bagaço de cana podem substituir a areia na construção civil

Pesquisadores do departamento de engenharia civil da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) desenvolveram uma técnica que substitui a areia utilizada na fabricação de concreto por cinzas derivadas da queima do bagaço da cana-de-açúcar. O novo tipo de concreto chega a ser 15% mais resistente do que o tradicional, o que o torna atraente para construção civil. Para obter o concreto de cinzas, os pesquisadores misturaram o resíduo (em substituição à areia) com cimento, água e brita.

O saldo positivo dessa pesquisa não está apenas na inovação tecnológica ou na viabilidade comercial no subproduto da cana, mas também no ganho ambiental que ela oferece. A cinza de bagaço poderá substituir parte dos cerca de 100 milhões de toneladas de areia retiradas anualmente dos rios brasileiros, especialmente nas regiões produtoras de cana-de-açúcar.

Resíduo da produção de açúcar e etanol, o bagaço é normalmente queimado para geração de energia. As cinzas são utilizadas como fertilizante em lavouras, mas apenas para que

não sejam descartadas como simples resíduos. Transformá-las em matéria-prima da construção civil significa eliminar de fato esse indesejável subproduto da queima do bagaço.

Os estudos tiveram apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp). Segundo seus idealizadores, o investimento nessa nova tecnologia reduz impactos ambientais e poderá, num futuro não muito distante, trazer mais uma fonte de rentabilidade para as usinas produtoras de açúcar e etanol.

[Daiana Ferreira]

Sustentabilidade no Pantanal

Fazenda Pantaneira Sustentável é o nome da ferramenta lançada pela Embrapa Pantanal para avaliar a sustentabilidade das propriedades rurais. O *software* contempla indicadores econômicos, ambientais e sociais.

Ao preencher os indicadores com dados relativos a sua fazenda, o

produtor terá uma nota de zero a 10, que o *software* transforma em um conceito de avaliação da sustentabilidade daquela propriedade. O resultado também o ajudará a reconhecer os pontos fortes e os fracos de sua fazenda.

A ferramenta traz um benefício adicional: permitir ao proprietário

avaliar se a fazenda tem aptidão para a pecuária, a atividade predominante na região. Além disso, pode ser um importante instrumento em processos de certificação de carne bovina, garantindo a origem dos bois e as práticas sustentáveis ao longo da produção.

Relatórios de sustentabilidade vistos por quem faz e quem lê

As consultorias Futerra, SustainAbility e KPMG realizaram a segunda edição do estudo Reporting Change, em que ouviram mais de 5 mil leitores e 100 produtores de relatórios de sustentabilidade em todo o mundo. O resultado, disponível no site www.futerra.co.uk, mostra as tendências atuais e futuras dos relatos, apontando as duas questões-chave: Os relatórios atendem às expectativas dos leitores? Como o processo de relato beneficia as organizações que publicam relatórios?

As oito tendências destacadas pelo estudo são:

1) O futuro dos relatórios é global: embora empresas dos países desenvolvidos façam relatórios há mais tempo, a importância de Brasil, China, Rússia e Índia cresce cada vez mais. E 70% dos que responderam à pesquisa são brasileiros.

2) O objetivo do relatório é performance: publicar relatórios está melhorando o desempenho das empresas, e a prioridade é avançar em sustentabilidade.

3) Relatar não é engajar stakeholders: apesar de mais de metade dos produtores de relatórios terem declarado “engajar stakeholders” como uma de suas principais motivações, menos de 20% dos leitores disseram usar

as informações dos relatórios como forma de se relacionar melhor com a empresa.

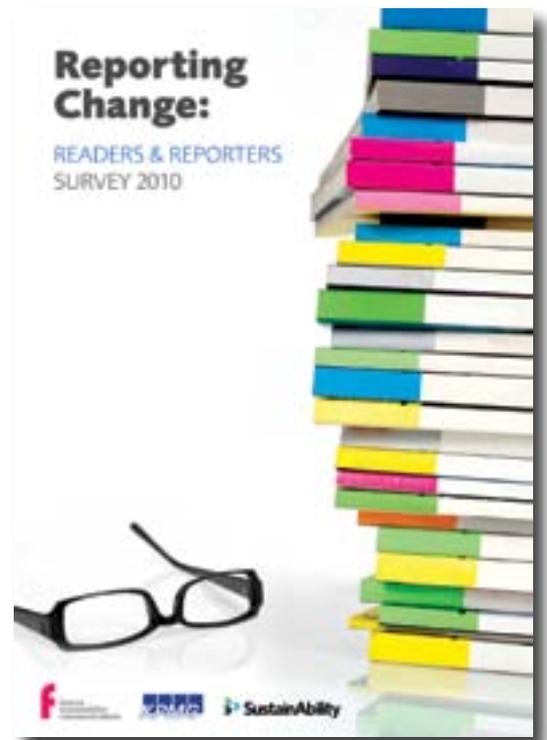
4) Relatórios são confiáveis: os leitores não consideram que os relatórios sejam apenas *greenwash*, embora questionem se as empresas oferecem de fato uma visão completa de seus avanços em sustentabilidade.

5) Padrões são valorizados: padrões independentes, como os protocolos da GRI, têm papel importante na construção da credibilidade, ao oferecer critérios de comparabilidade e permitir a transparência.

6) Nem toda validação é igual: há vários métodos de passar credibilidade sobre as práticas sustentáveis das empresas, mas a que traz maior confiabilidade é a auditoria independente, enquanto receber prêmios aparece em último nessa lista.

7) Leitores influenciam uns aos outros: mais de metade dos leitores compartilham informações que viram nos relatórios ou trocam opiniões sobre elas.

8) Fazer relatórios muda comportamentos: muitos leitores investem, procuram emprego e compram produtos e serviços baseados em informações que as empresas publicam em seus relatórios de sustentabilidade.



Estudo mostra as principais tendências em relatórios de sustentabilidade, como o crescimento nos países emergentes e a melhora no desempenho de empresas que passam pelo processo de relato

FERRAMENTA

«REPORTAGEM CAROL KANEBLEY»

INDICADORES, SELOS, NORMAS, GUIAS, CERTIFICADOS
E MÉTODOS DE FOMENTO À INOVAÇÃO NAS CORPORAÇÕES

ÍNDICE CARBONO EFICIENTE (ICO₂)

EMISSÕES COM TRANSPARÊNCIA

LANÇADO EM DEZEMBRO DE 2010, ÍNDICE DESTACA EMPRESAS
QUE SE COMPROMETEM COM AS QUESTÕES CLIMÁTICAS

O que é?

Um mecanismo econômico-financeiro para valorizar o desempenho de empresas eficientes em termos de emissões de gases de efeito estufa (GEE). Lançado em dezembro de 2010 pela BM&FBovespa em parceria com o BNDES, o Índice Carbono Eficiente (ICO₂) mede o retorno de uma carteira teórica da qual podem fazer parte as 50 empresas listadas no IBrX-50 – índice com as ações mais negociadas da Bolsa. Para a participação dessas empresas no ICO₂, a BM&FBovespa considera, além do *free-float* (ações negociáveis), um coeficiente que reflete a eficiência da companhia em termos de emissão de GEE.

Quais as vantagens?

Ao aderir ao ICO₂, a empresa torna pública sua gestão de emissões de GEE por meio dos inventários de emissões ou de estimativas. A transparência do processo e a preparação para uma economia de baixo carbono demonstram o comprometimento dessas empresas com as questões climáticas. “O ICO₂ adota também uma metodologia inclusiva, que permite que empresas que ainda não fazem seu inventário de emissões possam entrar no índice no primeiro ano por meio de uma estimativa realizada por uma

INVENTÁRIOS DE EMISSÕES

Os inventários são divididos em três grupos de emissão de GEE:

ESCOPO 1: fontes diretas

ESCOPO 2: emissão em função de gasto de energia elétrica por fonte indireta

ESCOPO 3: emissões de fontes indiretas, tais como fornecedores, viagens e logística

consultoria contratada pela Bolsa”, explica Guilherme Fagundes, da Gerência de Produtos Ambientais, Energia e Metais da BM&FBovespa.

Como funciona?

A metodologia de funcionamento interno do índice foi desenvolvida em 2009. Após ser validada por meio de consultas com fundos de investimentos, a iniciativa foi anunciada ao mercado no final do mesmo ano.

Como primeiro passo para sua implantação, durante 2010, a BM&FBovespa visitou a área de sustentabilidade das 60 empresas com potencial de integrar a carteira do ICO2 – as 50 listadas no IBrX-50 e mais 10 empresas com potencial para fazer parte dele. As que se interessaram em aderir à carteira tiveram até julho de 2010 para enviar seus inventários. Nesse primeiro ano, as empresas puderam participar mesmo que tivessem apenas uma estimativa de emissões.

Contratada para realizar a harmonização dos dados e a comparação dos inventários, a empresa global de pesquisa ambiental Trucost utilizou sua metodologia própria de análise de emissões. A metodologia completa do ICO2 foi colocada em consulta pública durante um mês.

Em 20 de novembro de 2010, a carteira do ICO2 foi fechada com 42 empresas, das 48 listadas no IBrX-50. Além dessas, outras nove participam da iniciativa e automaticamente farão parte da carteira do ICO2 se entrarem para o IBrX-50.

A carteira do ICO2 será rebalanceada quadrimestralmente com base no *free-float* das empresas, pois, se a

carteira do IBrX-50 muda, a do ICO2 também muda. E, anualmente, no mês de setembro, a carteira também sofre alteração com base no coeficiente de emissão das empresas listadas. Esse coeficiente é determinado com base na emissão total de GEE da empresa dividida pela sua receita bruta, e é comparado com o coeficiente médio de emissão do seu setor econômico (ou, em alguns casos, com o coeficiente de emissão da carteira) para definição da ponderação da ação no ICO2.

“O ICO2 é um índice evolutivo, e a ideia é que os limites de inventário sejam ampliados com o tempo”, afirma Fagundes. No primeiro ano, 2010, as empresas participaram com seus próprios inventários ou com uma estimativa realizada pela Trucost (considerando a parte de logística terceirizada e viagens aéreas, dentro do escopo 3). No segundo ano, todas as empresas devem apresentar inventários com escopos 1 e 2 (considerando a parte de logística terceirizada e viagens aéreas, dentro do escopo 3). Para 2012, todas as empresas deverão apresentar inventários com escopos 1 e 2 e prevê-se a possibilidade de serem consideradas outras categorias de fontes do escopo 3. [BS]

EMPRESAS QUE COMPÕEM O ICO2

Atualmente, 42 empresas estão no Índice Carbono Eficiente:

- ALL
- AMBEV
- B2W
- BANCO DO BRASIL
- BM&FBOVESPA
- BRADESCO
- BRADESPAR
- BRASIL E CODIESEL
- BRF FOODS
- BROOKFIELD
- CCR
- CEMIG
- CESP
- CIELO
- COSAN
- CYRELA
- ELETROBRAS
- EMBRAER
- FIBRIA
- GAFISA
- GOL
- ITAÚ
- ITAÚSA
- JBS
- LLX
- LOJAS AMERICANAS
- RENNER
- MARFRIG GROUP
- MMX
- MV ENGENHARIA
- NATURA
- OGX
- GRUPO PÃO DE AÇÚCAR
- PDG REALITY
- REDECARD
- ROSSI
- SANTANDER
- TAM
- OI
- TIM
- VALE
- VIVO

Outras nove empresas aderiram à iniciativa, mas não fazem parte do índice por não estarem listadas no IBrX-50. Essas companhias, citadas abaixo, farão parte do ICO2 automaticamente caso passem a integrar o IBrX-50.

- BRASKEM
- COPEL
- CPFL
- DURATEX
- AES ELETROPAULO
- KLABIN
- LIGHT
- ULTRA
- SOUZA CRUZ

PANORAMA

«EDIÇÃO PEDRO MICHEPUD»

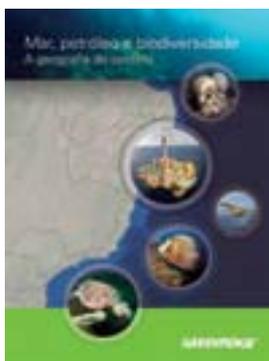
MAR E PETRÓLEO • CONSUMIDOR • NEGÓCIOS • DESPERDÍCIO • MAPA

Litoral: Preservação X Desempenho econômico

[ATLAS]

De acordo com os dados dos Ministérios do Meio Ambiente e de Minas e Energia, em 2007, 44% da extensão total da zona marinha do Brasil foi considerada área prioritária para a conservação da biodiversidade. Entretanto, apenas 2,57% dessas áreas já foram transformadas em unidades de conservação federal, enquanto 8,77% foram cedidas para a exploração e a produção de gás e óleo.

Esses dados fazem parte do atlas *Mar, petróleo e biodiversidade - A geografia do conflito*, que mapeou o litoral brasileiro e representou os choques cada vez mais intensos entre a preservação ambiental e a exploração dos recursos para o desenvolvimento econômico. A pesquisa, que divide as regiões litorâneas em quatro áreas, avalia a biodiversidade e as ameaças que podem comprometer a vida marinha (exploração de petróleo, concessões governamentais e indústria da pesca, por exemplo). De fácil leitura e com poucos termos técnicos, o atlas publicado pelo Greenpeace pode ser baixado através do link migre.me/3PXqY.



Cidadãos, é hora de fazer a sua parte!

[RELATÓRIO]

“Eu ajudaria uma marca a promover seus produtos e serviços se houvesse uma boa causa por trás dela”. Essa fala, de consumidores de todo o mundo, é apenas um dos indícios trazidos pela quarta edição da Pesquisa Edelman goodpurpose® 2010, que mostra como os consumidores estão mais propensos a comprar e promover produtos que tenham compromissos com boas causas, sejam elas sociais ou ambientais. Desenvolvida pela Edelman, a pesquisa envolveu mais de 7 mil consumidores de 13 países diferentes e revelou que a consciência sobre as responsabilidades das empresas é alta no mundo inteiro: 86% dos entrevistados acreditam que as empresas devem colocar o mesmo peso dos seus interesses nos interesses da sociedade. Além disso, 64% deles acreditam que as corporações devem integrar as causas em seu dia a dia, não apenas investir nelas parte de sua verba. Para conferir a apresentação do relatório completa, basta acessar migre.me/3PVi7.



SXC

Negócios verdes

[RELATÓRIO]

O relatório *State of Green Business*, publicado pela Greenbiz.com, mede, pela quarta vez, o impacto ambiental das empresas dos EUA na emergente economia “verde”, avaliando como as companhias estão trabalhando para melhorar seu desempenho nesse quesito. O documento



identificou que as empresas estão investindo fortemente em sustentabilidade, conquistando avanços promissores na área, como: crescimento do número de corporações com metas para reduzir a produção de lixo a zero; resposta à pressão dos consumidores por produtos mais responsáveis e sustentáveis; o crescimento do uso de materiais reciclados; a melhora da compreensão e das metodologias para mensurar a pegada de água; o aumento da procura por produtores de alimentos sustentáveis, entre outros. Entretanto, pontos negativos também são notados pela publicação, como a pouca ação na redução da emissão de carbono e de elementos tóxicos para a água e a terra. Para ler o relatório completo, basta acessar migre.me/3Q54P. É necessário se cadastrar no site da Greenbiz.com.

Arrumando a casa

[JOGO]

Desafiar os jogadores a encontrar maneiras de economizar energia em diversos cômodos de uma casa, desde a garagem até a sala de estar. Esse é o propósito da Casa Eficiente, jogo criado pelo WWF para conscientizar as pessoas sobre o desperdício. Para jogar, os usuários devem navegar pela casa e fazer pequenas alterações, como desligar a televisão da tomada. Além disso, eles encontram dicas de como utilizar melhor aparelhos, reciclar produtos e consumir conscientemente alimentos e água. Há também informações sobre o aquecimento global e o gasto de energia elétrica no país. Para acessar esse jogo, que tem um traço infantil e bem colorido, entre em migre.me/3PVVn.



O mundo além das fronteiras físicas

[LIVRO]

366 mapas modificados digitalmente. Esse é o número de imagens que os autores de *The Atlas of the Real World: Mapping the Way We Live* criaram para mostrar as áreas da população do planeta não pelo seu tamanho físico, mas por fatores como densidade demográfica, qualidade da saúde, educação, riqueza e até mesmo

produção e consumo de alimentos e brinquedos, trazendo novas perspectivas sobre a situação mundial atual. Criado pela equipe do site worldmapper.org, famoso por suas cartografias, o livro tem um formato visual atraente e de fácil compreensão. Traz também inúmeros casos estranhos, como o fato de o hemisfério sul praticamente desaparecer

quando o mapa é focado no desenvolvimento de armas nucleares ou o Japão ficar maior que continentes quando são analisados dados de exportação de carros.

The Atlas of the Real World: Mapping the Way We Live

AUTORES: Daniel Dorling, Mark Newman and Anna Barford
EDITORA: Thames & Hudson (416 páginas)
PREÇO SUGERIDO: £29

AGENDA

« EDIÇÃO E TEXTO FERNANDO BADÔ »

LIDERANÇA * OBJETIVOS DO MILÊNIO * MUDANÇAS CLIMÁTICAS * ARQUITETURA

24 A 26 DE MARÇO

REALIZAÇÃO: Seminars

LOCAL: Manaus (AM)

MAIS INFORMAÇÕES: [tel] (67) 3025-7462

[site] www.forumdesustentabilidade.com

[e-mail] forumsustentabilidade@eccaplan.com.br

Fórum Mundial de Sustentabilidade

Tendo como tema central o valor econômico e ambiental da floresta em pé, o Fórum receberá presidentes de grandes empresas e líderes políticos nacionais e internacionais, ONGs globais, representantes de instituições acadêmicas e personalidades engajadas em sustentabilidade. O evento contará ainda com presenças ilustres, como o ex-presidente dos EUA Bill Clinton e o ator e ex-governador da Califórnia Arnold Schwarzenegger, que instituiu um plano de ações para reduzir em 25% as emissões de gases causadores do efeito estufa do Estado, o mais rico do país, até 2020, com base nos dados de 1990.

ATÉ 4 DE MARÇO

Coffey International Award 2011

REALIZAÇÃO: Business in the Community (BITC) e Coffey International

LOCAL: São Paulo (SP)

MAIS INFORMAÇÕES: [tel] 00 20 7566-6626

[site] www.bitc.org.uk/awards_for_excellence/categories/coffey_international.html

[e-mail] john.douglas@bitc.org.uk

O prêmio Coffey International reconhece resultados positivos obtidos por ações empresariais em prol de um ou mais dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU: erradicar a pobreza extrema e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; garantir a sustentabilidade ambiental; e estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento. Os vencedores serão anunciados em julho.

DE 4 A 7 DE ABRIL

4ª Conferência Regional sobre Mudanças Globais

REALIZAÇÃO: Instituto de Estudos

Avançados da Universidade de São Paulo

LOCAL: Memorial da América Latina, São Paulo (SP)

MAIS INFORMAÇÕES: [tel] (32) 3231-6622

[site] www.mudancasglobais.com.br

[e-mail] faleconosco@mudancasglobais.com.br

A quarta edição da CRMG reunirá academia, setor privado e sociedade civil para contribuir para o aprimoramento do Plano Brasileiro de Mudanças Climáticas e a busca de soluções científicas, tecnológicas, economicamente sustentáveis e socialmente corretas. As inscrições podem ser feitas via internet até 28 de março e têm três faixas de preço: R\$ 60 para estudantes; R\$ 150 para pesquisadores e acadêmicos; e R\$ 380 para profissionais da iniciativa privada.

DE 7 A 10 DE ABRIL

Feira EcoShow Casa Viva

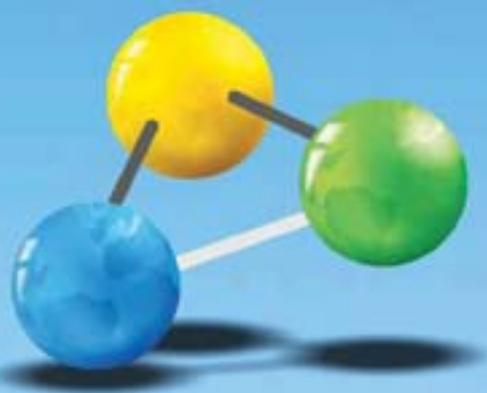
REALIZAÇÃO: Planeja & Informa

LOCAL: Centro de Convenções Sulamérica, Rio de Janeiro (RJ)

MAIS INFORMAÇÕES: [tel] (21) 2262-9401

[site] www.nossacasaviva.com.br

A primeira feira de produtos, equipamentos e tecnologias de meio ambiente e saneamento tem como objetivo transformar em cultura a tendência de preocupação com o desenvolvimento sustentável. A feira é parte do projeto Casa Viva Transforma Sua Casa num Pedacinho do Planeta, evento que procura modelos de construção mais eficientes e promove o uso de materiais, equipamentos e eletrodomésticos que permitam a redução do consumo de água e energia. Aberta ao público, a EcoShow Casa Viva também incentiva atitudes mais sustentáveis nos hábitos de consumo da população em seu dia a dia.



Sustentável 2011

4º Congresso Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável

Sustentável 2011: agenda para uma nova sociedade
27, 28 e 29 de Setembro
Pier Mauá - Rio de Janeiro

A agenda brasileira da sustentabilidade e os temas da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável e o Meio Ambiente, a Rio+20, serão os pilares do 4º Congresso Internacional sobre Desenvolvimento Sustentável.

Acadêmicos, empresários e especialistas vão falar sobre ações e comportamentos que podem determinar o futuro nesta década potencialmente transformadora.

Inscrições em maio pelo site www.cebds.org.br.

Realização



CEBDS
Conselho Empresarial Brasileiro
para o Desenvolvimento Sustentável



World Business Council for
Sustainable Development

Patrocínios

Cota Copenhague:



SULZICA CRUZ

Cota Estocolmo:

Braskern

COOPFISAS

NEBIS6
Good Food. Good Life.

syngenta

Apoio:



AGENDA PARA UMA NOVA SOCIEDADE

CONGRESSO INTERNACIONAL SUSTENTÁVEL, QUE ACONTECE EM SETEMBRO, SUBSIDIARÁ A VERSÃO BRASILEIRA DO VISÃO 2050, UMA PLATAFORMA PARA AS EMPRESAS E O PAÍS BUSCAREM JUNTOS UM BRASIL SUSTENTÁVEL

A CONSTRUÇÃO de uma agenda brasileira de sustentabilidade é a proposta do CEBDS para o 4º Congresso Internacional Sustentável, que acontecerá no Rio de Janeiro, em setembro de 2011. O trabalho será realizado a partir da metodologia utilizada pelo World Business Council for Sustainable Development (WBCSD) na elaboração do relatório *Visão 2050: uma nova agenda para as empresas*, lançado no ano passado e que encantou empresários no mundo todo.

Para fazer a versão brasileira do Visão, o CEBDS realizará nove oficinas durante o Sustentável 2011, ouvindo representantes das empresas, da academia, do governo e da sociedade. As discussões servirão para a elaboração do documento que será apresentado como um compromisso das empresas e do país durante a Conferência da ONU sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que acontece em maio de 2012. Os temas da Rio+20 – economia verde e governança da sustentabilidade – também nortearão as discussões do congresso de setembro. À frente desses preparativos está a presidente-executiva do CEBDS, Marina Grossi.

BRASIL SUSTENTÁVEL

A proposta é audaciosa. Como o CEBDS pretende construir essa agenda brasileira da sustentabilidade?



Marina Grossi: empresas, governo e sociedade precisam dialogar entre si para a construção de um novo modelo de desenvolvimento

MARINA GROSSI A proposta é ousada, mas nós temos a metodologia e os parceiros para isso. A repercussão do Visão 2050 entre os executivos e governantes pelo mundo afora superou as expectativas mais otimistas e mostrou a importância de um documento como esse. O Visão joga luz sobre o futuro e aponta o que é necessário fazer para chegarmos a 2050 com qualidade de vida e sem comprometer as futuras gerações. O CEBDS,

como parceiro brasileiro do WBCSD, vai se valer da mesma metodologia para elaborar a versão brasileira. Em parceria com a PricewaterhouseCoopers, que também participou do projeto mundial, vamos colher subsídios com representantes de todas as áreas relacionadas à sustentabilidade, como as universidades, os governos federal, estadual e municipal, as ONGs que tanto nos ajudam a pensar no futuro e as empresas, para apontarmos os caminhos de um Brasil mais sustentável.

BS Como o Brasil está, hoje, nessa disputa pela liderança da economia verde?

MG O país é considerado pelos especialistas do Visão como um dos que mais chances têm de liderar a corrida verde, ou seja, ter um bom índice de desenvolvimento humano e uma pequena pegada ecológica. Mas para isso é preciso assumir compromissos, é preciso ampliar o diálogo entre as partes envolvidas para a construção de uma agenda comum. É isso que queremos fazer no Sustentável e na adaptação do Visão para o Brasil. Temos notado um grande interesse das empresas e do novo governo em ampliar esse diálogo, uma condição fundamental para que o atual modelo de desenvolvimento de fato se consolide.

O Brasil tem um grande potencial para liderar a corrida verde principalmente em razão dos seus ativos intangíveis, como sol, água limpa, terra boa para plantio, riqueza de florestas e biodiversidade. Mas, para tudo isso virar riqueza, temos de trabalhar juntos, com um projeto de país compartilhado por todos os setores da sociedade.

BS Vinte anos depois da Rio 92, o Rio de Janeiro é de novo palco de uma conferência da ONU sobre desenvolvimento sustentável. O que mudou ao longo desses anos?

MG De lá para cá, o maior ganho foi, sem dúvida, a mobilização da sociedade em torno do tema, incluindo as empresas. A mudança mais impactante é o foco econômico que a discussão está ganhando, e isso pode ser representado pela presença das empresas nas discussões. Em 92, elas nem participavam dos debates. Hoje, todas as grandes empresas estão atentas às discussões sobre desenvolvimento sustentável e meio ambiente. Em 2012, os países estarão reuni-

dos para discutir a economia verde e a governança da sustentabilidade. As últimas conferências da ONU de Biodiversidade, no Japão, e de Mudança do Clima, no México, já apontaram a ansiedade de especialistas, empresas, acadêmicos e ONGs por ferramentas de medição de impacto e de dependência da economia em relação ao meio ambiente. Essas ferramentas ajudam a comprovar o valor das florestas, da água, das fontes de energia limpas, do investimento em iniciativas de conservação. As empresas mais sérias e com visão de futuro também estão ansiosas, porque elas já entenderam que não podem prejudicar aquilo de que dependem para existir. Ignorar o valor econômico desses ativos nos prejudicou muito ao longo dos anos, mas é hora de mudar. E, quanto mais demorarmos, mais caro será.

BS Qual a sua percepção do futuro? É possível consolidar uma economia verde a tempo de garantir que nossos recursos não se esgotem?

MG A década que começa abre o período que os especialistas do Visão 2050 chamam de “adolescência turbulenta”, em que importantes decisões terão de ser tomadas. É um período de grandes transformações e oportunidades. E é justamente nesta década, com o Rio de Janeiro como vitrine, que o Brasil estará na berlinda, com os holofotes do mundo voltados para cá. O Brasil e o Rio de Janeiro têm mostrado que é possível mudar, mas para aproveitar bem essa oportunidade é preciso que governo, empresas e a sociedade estejam juntos, planejando o futuro com diálogo e transparência, assumindo compromissos para implementar de fato um novo modelo de desenvolvimento.

BS Como o CEBDS vê, hoje, o Brasil em relação à governança e à economia verde?

MG Ainda estamos longe do que se pode esperar como cenário ideal, mas estou otimista. É preciso consolidar institucionalmente o diálogo entre empresas, governo, cientistas e sociedade, o que não existe hoje e faz falta. A presidente Dilma Rousseff e alguns ministros já reforçaram a importância dessa articulação aqui no Brasil. Tenho esperança de que isso de fato aconteça, porque sem diálogo não chegaremos a um novo modelo de desenvolvimento que contemple os pilares de uma economia forte e pujante, um meio ambiente bem cuidado e respeitado e uma sociedade mais justa. Ao longo desses 13 anos, tem sido um esforço do CEBDS aproximar esses atores, e isso sempre acontece nos eventos que realizamos. Mas é preciso escala para que a transformação realmente aconteça. A hora é agora.

[BS]

RIO+20

O Rio de Janeiro será sede da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, de 14 a 16 de maio de 2012. O encontro recebeu o nome de Rio+20 pois será realizado 20 anos depois da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ficou conhecida como Rio-92. Serão debatidos temas como economia verde, eliminação da pobreza, com foco sobre a questão da estrutura de governança internacional na área do desenvolvimento sustentável. Os líderes mundiais estarão focados principalmente no cenário atual e nos desafios futuros da sustentabilidade.

CAPA

COP-16

Gerardo Garcia / REUTERS

O presidente mexicano Felipe Calderón fala em Cancún: depois da decepção de Copenhague, a COP volta a ganhar força como o espaço de negociação internacional sobre o clima



NEGOCIAÇÃO DE VOLTA AOS TRILHOS

A CONFERÊNCIA DE CANCÚN DEVOLVEU CONFIANÇA AO PROCESSO MULTILATERAL NA BUSCA DE SOLUÇÕES PARA AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS. NOVAS METAS, ENTRETANTO, AINDA NÃO ESTÃO DEFINIDAS

REPORTAGEM GUSTAVO FALEIROS

NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2009, quando o mundo foi informado de que a tão esperada conferência climática de Copenhague havia fracassado, houve quem julgasse que a confiança entre os países havia sofrido um desgaste difícil de ser revertido no curto prazo. Diversos membros da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês) acusaram grandes nações – incluindo aí o Brasil e a China – de criarem um jogo em que os menos poderosos tinham perdido o poder de decisão. O acordo de Copenhague foi negociado a portas fechadas e depois recusado por 5 países. Foi preciso um ano para curar as feridas e, surpreendendo os mais descrentes, negociadores reunidos na 16ª Conferência da UNFCCC – a COP-16 – conseguiram restabelecer o clima de confiança no sistema multilateral da ONU.

.....

A reunião ocorrida no balneário mexicano de Cancún entre os dias 29 de novembro e 10 de dezembro fincou marcos que garantem metas mais ambiciosas em novo acordo internacional para redução de gases de efeito estufa. “O resultado mais importante de Cancún é a sobrevida que deu ao sistema internacional de negociação. Por consenso, a arena para discutir problemas climáticos continua sendo a Convenção do Clima”, resume com precisão o físico José Goldemberg, que há anos participa do debate global sobre as mudanças climáticas e hoje é pesquisador do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP). Se Cancún tivesse fracassado, ele diz, a Convenção da ONU seria abandonada. Outros fóruns, como o G20 ou grupos ainda mais reduzidos, passariam a dominar a agenda. “Cancún salvou o processo multilateral”, arremata o professor.

Ao contrário do que ocorrera na gélida cidade de Copenhague, onde mais de uma centena de chefes de estado não conseguiu mostrar o caminho para uma economia mundial de baixo carbono, diplomatas reunidos nos agradáveis resorts de Cancún beneficiaram-se da pressão reduzida e tomaram decisões bem mais práticas. Avanços foram registrados em temas importantes como florestas, adaptação, finanças e tecnologia. Acima de tudo, foram criadas as bases para o acordo que vigorará após o término da primeira fase

do Protocolo de Quioto. No entanto, isso não significa que o sucesso esteja garantido. “Não foram respostas definitivas, o processo ganhou fôlego. Foi positivo, é melhor ter um caminho, mas precisa de muito refinamento”, avalia a presidente-executiva do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), Marina Grossi.

Em 2011, os negociadores voltam a se encontrar para aquela que, espera-se, seja a rodada decisiva – a COP-17, em Durban, África do Sul. O principal obstáculo a ser superado é exatamente a dúvida sobre qual será a natureza do novo acordo. Uma continuação da estrutura jurídica estabelecida por Quioto ou a criação de um novo tratado “legalmente vinculante”? As diferenças podem parecer uma nuance diplomática, mas na verdade estão ligadas aos conceitos que guiam a Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas.

O FIM DO PROTOCOLO DE QUIOTO?

O impasse em torno do formato do novo acordo para a redução das emissões ficou claro logo na primeira semana de Cancún. O Japão chegou às negociações anunciando que não apoiaria a continuação do Protocolo de Quioto após 2012. Ao contrário do que muitas vezes é divulgado, o tratado não termina daqui a dois anos. Ele só deixará de existir se os países-membros



Industrialização e crescimento econômico movidos a carvão fizeram da China o maior emissor mundial de gases de efeito estufa

da UNFCCC decidirem que isso deve ser feito. Os japoneses foram os primeiros a votar pelo fim do acordo, que nasceu em 1997 em sua bela capital imperial. Os russos também logo pularam no vagão nipônico e passaram a bombardear Quioto.

Por outro lado, as economias emergentes, notadamente Brasil, China e Índia, têm todo o interesse em que as metas estabelecidas pela convenção continuem sendo regidas pelo Protocolo. Isso porque é nesse tratado que estão juridicamente bem definidas as categorias de países e as obrigações relacionadas a elas. Países que fazem parte do Anexo I são os ricos, de industrialização antiga, os grandes responsáveis pelas emissões que causaram o atual aquecimento do planeta; sobre eles recai a maior parte das obrigações. Quem não se enquadra nesse grupo tem obrigações, mas não metas propriamente ditas.

O argumento dos países ricos é que o mundo já não é mais o mesmo após 13 anos da criação de Quioto. Continuar classificando grandes emissores – como a China – na lista dos países sem obrigações legais simplesmente anula quaisquer outros esforços de redução de gases de efeito estufa. Além disso, os Estados Unidos não fazem parte do tratado, pois se recusaram a ratificá-lo. Portanto, só um novo acordo poderia oferecer soluções efetivas para a crise climática.

PROTOCOLO DE QUIOTO

PELO ACORDO DE CANCÚN

Requer aos países do Anexo I (os países ricos e industrializados) que reduzam as emissões globais entre 25% e 40% abaixo do nível de 1990 até 2020.

O QUE AINDA FALTA

Surgem dúvidas sobre a possibilidade de atingir esse objetivo, já que ainda não há uma definição sobre a continuidade do Protocolo de Quioto.

Por outro lado, quem conversa com diplomatas do G7, o grupo que reúne os países em desenvolvimento, ouve argumentos igualmente atraentes. Renegociar as responsabilidades já definidas por Quioto poderia levar muitos anos e sem garantia de que seria ratificado domesticamente. O que pedem Brasil, China, Índia e outras economias emergentes é que os países que já estão em Quioto simplesmente adotem metas novas e mais ambiciosas após 2012.

EMISSÕES

PELO ACORDO DE CANCÚN

Tanto os países desenvolvidos como os em desenvolvimento se comprometem a reduzir suas emissões. As metas voluntárias de Copenhague agora estão inseridas no texto de Cancún.

O QUE AINDA FALTA

Estimativas sugerem que as metas propostas levarão a um aumento próximo a 3,2 °C, longe do limite máximo proposto de 2 °C ou mesmo 1,5 °C. Como o acordo não é legalmente vinculante, as metas não estimulam o seu cumprimento.

Mas, em meio ao impasse, a solução encontrada em Cancún conseguiu dar otimismo nas negociações. A decisão sobre o formato do novo acordo foi deixada de lado, pelo menos por ora. Se Japão e Rússia forçassem a mão para que a discussão sobre a natureza legal do acordo continuasse sobre a mesa, a COP-16 poderia ter sido um fracasso tão ou mais retumbante do que Copenhague. “Esse foi o melhor movimento dos negociadores, abriu caminho para discutir o que é realmente importante”, avalia o diretor do conceituado Pew Center on Global Climate Change, Elliot Diringer. Otimista no processo de negociação, Diringer acha que os países chegaram a um ponto que estão tratando seus compromissos na Convenção da ONU com bastante realismo. O pós-Cancún, diz ele, deve refletir mais o que é possível fazer nesse momento do que ambições de um acordo internacional que seja a salvação definitiva do planeta.

Nesse caso, não há melhor exemplo do que seu próprio país: os Estados Unidos. Sem apoio no Congresso, o presidente Barack Obama não conseguirá fazer muito mais do que prometeu há um ano: reduzir em 17% as emissões até 2020 sobre os níveis de 2005. Diringer julga que isso será alcançado. Mais do que isso, só quando a economia americana melhorar.

A pergunta que todos estão fazendo, contudo, é se as ofertas que já foram feitas serão suficientes para conter os piores impactos causados pelas mudanças do clima. A resposta, infelizmente, é não. Pouco antes do

encontro em Cancún, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) divulgou um estudo em que apontava uma lacuna de 5 gigatoneladas de carbono entre a proposta dos países e o que é necessário reduzir em termos de emissões para limitar o aumento de temperatura do planeta a 2 °C. Isso equivale a quase uma década de emissões por queimadas e desmatamentos em todo o mundo.

No atual cenário de emissões de carbono, o mundo poderia alcançar um aumento de 3,2 °C sobre os níveis pré-industriais ainda no fim deste século. Nesse mundo mais quente, os impactos das alterações climáticas e do aumento do nível dos mares sobre a infraestrutura humana e a agricultura são incalculáveis. Carlos Nobre, climatologista do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e atual secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério de Ciência e Tecnologia, lembra que é muito difícil que os países invertam a curva de crescimento das emissões de carbono na próxima década. Essa era uma diretriz colocada no *Mapa do Caminho de Bali*, documento aprovado em 2007 na COP-13. “Para isso, teríamos que ter uma redução adicional de bilhões de toneladas de carbono até 2020, o que é muito improvável”, diz. Por isso, ele aposta que a estratégia a ser perseguida é uma redução de 80% das emissões até 2050 sobre os níveis de 1990.

Em Copenhague, os países chegaram a colocar no texto final que as metas do futuro acordo climático deveriam refletir o limite dos 2 °C de aumento de temperatura. Agora, em Cancún, os negociadores foram ain-

REVISÃO DE METAS

PELO ACORDO DE CANCÚN

Revisão periódica das metas globais em longo prazo, a primeira com início em 2013 e término em 2015.

O QUE AINDA FALTA

Os prazos para a revisão das metas não garantem que o limite de 1,5 °C seja atingido, nem quais medidas serão tomadas caso não seja.

TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA

PELO ACORDO DE CANCÚN

Define a composição do mecanismo para transferência de tecnologias de baixo carbono para apoio às ações de mitigação e adaptação em países em desenvolvimento. Ele é composto por um comitê executivo, um centro e uma rede de tecnologia em clima.

O QUE AINDA FALTA

Está em aberto o problema de propriedade intelectual, o que restringe a possibilidade de utilização de tecnologias em países com pouca tradição em respeito à propriedade intelectual. O funcionamento do comitê executivo, do centro e da rede de tecnologia ainda precisa ser detalhado, bem como de onde virão os recursos financeiros.

da mais longe e assinaram o compromisso de que, se a ciência provar ser necessário, as metas seriam aprofundadas para garantir que o aumento da temperatura seria de no máximo 1,5 °C. Não há problema, é claro, em ser ambicioso. Mas, no momento, tal ambição não pode ser vista como algo concreto se os dois principais emissores de carbono do planeta não colocarem compromissos reais sobre a mesa. “O fundamental é que a China e os Estados Unidos tenham um acordo que os faça agir mutuamente”, pondera Nobre.

O professor José Goldemberg vê a solução caminhando cada vez mais para soluções nacionais, em que políticas domésticas acabarão valendo mais do que documentos internacionais, como o Protocolo de Quioto. Até mesmo o Brasil deu sinais de que essa pode ser a linha adotada daqui para a frente. Ele observa que um trecho importante – e não muito destacado pela mídia nacional – do discurso de posse da presidente Dilma Rousseff foi aquele em que ela menciona que o Brasil será “campeão mundial em energia limpa”, mas que “não condicionará sua ação ambiental ao sucesso e ao cumprimento, por terceiros, de acordos internacionais”. Trocando



Lee Celano/REUTERS

Ilha de pobreza em país rico, Nova Orleans sofreu e sofre as consequências do furacão Katrina. O preço da adaptação às mudanças climáticas será alto

em miúdos, aponta o físico, “ela não vai dar muita bola para acordos internacionais”.

Ironicamente, esse cenário de mais ação doméstica e menos negociação internacional concede uma dose de otimismo ao americano Elliot Diringer, do Pew Centre. “Nem tudo gira em torno da Convenção da ONU”, ele garante. Nos Estados Unidos, a reduzida margem de manobra de Obama pode representar ofertas que não agradem a China. Isso não quer dizer que os dois países não estejam fazendo nada. Os chineses, por exemplo, têm a maior taxa de investimento em turbinas eólicas e painéis solares do mundo.

ADAPTAÇÃO

PELO ACORDO DE CANCÚN

Após 3 anos de negociação, foram estabelecidos um quadro de referência e um comitê para ações de adaptação. Reconhece-se a questão de perdas e danos em casos nos quais não é possível adotar medidas de adaptação.

O QUE AINDA FALTA

Não foi definida a composição do comitê nem como funcionará o mecanismo para compensação por perdas e danos. O financiamento para as ações dependem de definições do recém-criado Fundo Verde.

A CONTA DA ADAPTAÇÃO

Mas, se de fato as políticas domésticas para a mitigação das emissões estão ganhando mais peso, por que tanta atenção sobre os resultados de Cancún? Uma boa explicação, argumenta Carlos Nobre, é que o mundo vai precisar da estrutura institucional para investir na adaptação dos países pobres aos impactos das mudanças climáticas. Para ele, uma das principais áreas de avanço na COP-16 foi a instituição do que está sendo chamado de Fundo Verde. Seguindo decisão já tomada na COP-15, o Acordo de Cancún estipula que 30 bilhões de dólares serão investidos até o fim de 2012 num fundo de ações imediatas (Fast Start Fund, como foi batizado). Esse dinheiro ajudará países a desenvolver planos nacionais de mitigação de emissões e adaptação aos impactos das mudanças climáticas. “É uma corrida contra o relógio. É essencial que parte desse dinheiro vá projetos de adaptação”, afirma Nobre, lembrando que eventos climáticos extremos já estão se acentuando.

Paralelamente ao compromisso imediato, o texto aprovado no México reafirma que o Fundo Verde deverá ter, a partir de 2020, uma quantia de 100 bilhões de dólares anuais. Passos importantes para tornar esse fundo uma realidade também foram dados: um comitê de transição foi formado com composição majoritária de países em desenvolvimento e o Banco Mundial, designado como depositário e gestor nos três primeiros anos de existência do fundo.

FINANCIAMENTO E FUNDO CLIMÁTICO VERDE

PELO ACORDO DE CANCÚN

Reafirma os compromissos financeiros feitos em Copenhague com o fundo de financiamento rápido (US\$ 30 bilhões no período 2010-2012) e os US\$ 100 bilhões/ano em 2020. Definição do funcionamento do fundo ficou a cargo de um comitê de transição composto majoritariamente de países em desenvolvimento. Banco Mundial administrará nos três primeiros anos.

O QUE AINDA FALTA

De onde virá o dinheiro? Já há acordo sobre o compromisso e o gerenciamento dos recursos, mas os mecanismos para a composição do fundo ainda estão em aberto. Pelo menos já ficou certo que os recursos podem vir de fontes variadas e não somente em forma de doações. Existem propostas sendo estudadas, como taxação de aviação, transporte e leilão de créditos de carbono.

Isso, entretanto, não soluciona a principal questão sobre as finanças climáticas, alerta o canadense Mark Lutes, analista sobre o tema para o WWF Internacional: de onde virá o dinheiro? Em Cancún, ele explica, as decisões tomadas pelos países signatários da convenção do clima foram importantes – por exemplo, equilibrar os gastos entre mitigação e adaptação. Nenhuma das partes, porém, revelou quanto está disposta a doar para o Fundo Verde. “Existem vários fundos internacionais sem dinheiro por aí”, alfineta Lutes.

Até 2020, quando o compromisso de 100 bilhões de dólares/ano está previsto para começar, os países terão que encontrar maneiras inovadoras de financiamento. Na opinião do analista do WWF, dificilmente toda essa quantia será obtida por meio de orçamentos públicos de nações desenvolvidas, pois já existem compromissos de ajuda humanitária e cooperação internacional. O que as ONGs propõem é a instituição de taxas sobre setores



Madeira ilegal vira carvão no Pará: Cancún traz esperança sobre o REDD, instrumento para tentar manter as florestas em pé

Paulo Santos/REUTERS

econômicos que até o momento não possuem restrição de emissões, em especial a aviação e a navegação. Além disso, consideram-se mecanismos como leilões de emissões ou ainda impostos diretos sobre atividades intensivas em carbono.

REDD E OS COMPROMISSOS BRASILEIROS

Outra decisão crucial advinda de Cancún é o sinal verde para funcionamento do mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (notório pela sigla REDD). São ações para evitar a liberação de carbono nas regiões florestadas do mundo. Isso interessa particularmente aos países tropicais, como o Brasil, que no futuro poderão se beneficiar de projetos e financiamentos exclusivamente dedicados à redução do desmatamento.

Em relação à nossa política interna para o clima, essa é uma boa notícia, pois a meta brasileira de redução de gases de efeito estufa é baseada principalmente na redução do desmatamento da Amazônia. Segundo a Política Nacional de Mudanças Climáticas, aprovada em dezembro de 2009, as emissões causadas pelas derrubadas e queimadas na floresta terão que ser, até 2020, 80% menores do que comparadas com a média dos cinco anos anteriores a 2009.

O pesquisador Carlos Nobre pontua que, apesar dos avanços recentes, nada está garantido. “O Brasil tem

REDD

PELO ACORDO DE CANCÚN

Estabelece procedimentos para o REDD como: a criação de estratégias nacionais ou planos nacionais, o monitoramento de florestas e a definição de uma série de salvaguardas para sua implementação.

O QUE AINDA FALTA

Falta de clareza sobre várias questões técnicas e ausência de metas legalmente vinculantes geram incertezas sobre a viabilidade do REDD.

tudo para conseguir, mas ainda tem que reduzir 3.600 km² por ano de seu desmatamento. A batalha é diária, com políticas de comando e controle e também iniciativas para deixar a floresta em pé.” Além disso, ele aponta, existem outros setores da economia brasileira, inclusive na Política Nacional de Mudanças Climáticas, que precisam de ações concretas.

Marina Grossi, do CEBDS, concorda. Em sua opinião, o governo brasileiro ainda tem que detalhar como transformar as diretrizes em planos de ação. Segundo ela, já existe no setor privado uma massa crítica com propostas viáveis para colocar a economia brasileira na rota do baixo carbono: “Cancún foi positivo, pois o jogo de empurra terminou. A mudança climática já é considerada um fator de competição para as empresas e será essa corrida verde que vai determinar o futuro.” **[BS]**

CEBDS DEFENDE A SUSTENTABILIDADE COMO PRINCÍPIO NORTEADOR DOS MEGAEVENTOS NO BRASIL

A incorporação dos três pilares da sustentabilidade é um princípio que deve nortear o planejamento dos megaeventos a serem realizados no Brasil. Esse foi o recado da presidente-executiva do CEBDS, Marina Grossi, na abertura do evento paralelo promovido pelo CEBDS na COP-16. Participaram do encontro representantes de empresas associadas, como Braskem, de instituições parceiras, como Ipea, Coppe, Embrapa e Key Associados, e de instituições estrangeiras, principalmente ONGs.

Marina Grossi observou que a transformação das áreas urbanas para esses megaeventos proporciona uma oportunidade de preparar as cidades para o futuro. Ela ressaltou a importância de promover parcerias público-privadas que possam trazer benefícios em longo prazo para as cidades-sede e seus moradores, fazendo referência especialmente ao Rio de Janeiro, que vai sediar a Conferência de Desenvolvimento Sustentável da ONU (a Rio+20), em 2011, parte dos jogos da Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

De acordo com Rodrigo Rosa, assessor especial do prefeito do Rio de Janeiro, a Prefeitura do Rio está em consonância com esse pensamento. Ele enumerou algumas iniciativas da cidade para garantir uma abordagem holística para as iniciativas de infraestrutura, considerando os critérios de sustentabilidade. A Prefeitura do Rio apoiou a publicação que o CEBDS lançou no encontro, *Diretrizes para a Sustentabilidade dos Megaeventos – Rio de Janeiro e a Questão Climática*.

Produzido pela Câmara Temática de Energia e Mudança do Clima (CTClima), o livro traz exemplos de iniciativas sustentáveis adotadas pela África do Sul na realização da última Copa e por Londres, que prepara as Olimpíadas de 2012, além das diretrizes para as três fases dos megaeventos no Brasil – antes, durante e depois.

Carolina Dubeux, da Coppe/UFRJ, que apresentou a publicação, destacou a necessidade de desenvolver uma metodologia única para a avaliação das emissões de gases de efeito estufa resultantes da realização de megaeventos, o que permite avaliar e gerir melhor as emissões, além de facilitar a comparação entre as emissões de cada evento.

UMA VISÃO DO MERCADO

Sergio Weguelin, superintendente de Meio Ambiente do BNDES, falou sobre os critérios estabelecidos pelo BNDES nas suas concessões de crédito para incentivar investimentos ambientalmente corretos. Vânia Somavilla,

diretora de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Vale e também diretora do CEBDS, abordou algumas possíveis formas de parcerias público-privadas para o planejamento sustentável dos megaeventos. Vicente Schmall, consultor sênior em Emissões Atmosféricas e Mudança Climática da Petrobras, deu exemplos sobre como grandes empresas com foco em energia, como é o caso da Petrobras, podem contribuir para grandes eventos.



A publicação está disponível no site www.cebds.org.br

A participação do CEBDS na COP-16 foi apoiada pelas seguintes empresas:

PATROCINADORES MASTER



PATROCINADORES



ENTREVISTA

LIANA JOHN E EVARISTO DE MIRANDA



TRILHÕES
ESCONDIDOS
NA FLORESTA

CASAL DE PESQUISADORES, QUE ACABA DE LANÇAR UM LIVRO SOBRE O JAGUAR – TAMBÉM CHAMADO DE ONÇA-PINTADA –, DIZ QUE NO BRASIL HÁ MUITA DIVERSIDADE BIOLÓGICA, MAS POUCA INOVAÇÃO. ALIAR-SE A CIENTISTAS COM ESPÍRITO EMPREENDEDOR É UM CAMINHO PARA AS EMPRESAS SE BENEFICIAREM DESSA RIQUEZA

ENTREVISTA REGINA SCHARF

O POTENCIAL comercial da biodiversidade brasileira é imenso, mas praticamente ignorado pelo mundo dos negócios. Poucos sabem disso melhor do que o agrônomo Evaristo de Miranda e a jornalista Liana John. O casal, que está entre os maiores divulgadores científicos com foco na biodiversidade atuando no país, já publicou mais de 30 livros na área ambiental.

Credenciais não lhes faltam. Miranda é agrônomo, doutor em Ecologia pela Universidade de Montpellier na França e pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (Embrapa) há 30 anos, onde se especializou no uso de satélites de sensoriamento remoto para avaliar o uso de terras e o ordenamento territorial. Hoje está cedido ao Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, onde atua em gestão de crises. Liana John é uma jornalista premiada, pioneira na cobertura de temas ambientais e com passagem por inúmeros veículos, entre eles a Agência Estado e a revista *Terra da Gente*. Hoje, mantém um *blog* semanal, *Biodiversa*, no portal Planeta Sustentável, onde busca demonstrar que mesmo espécies consideradas nocivas, como cobras ou aranhas caranguejeiras, têm uma contribuição importante a dar.

Isso, dizem, ajuda a explicar por que não há diálogo entre a academia e as empresas. “Existe uma enorme falta de comunicação entre as duas pontas”, diz Liana. “As empresas têm dificuldade em descobrir o que está em andamento. Já a academia tem certo preconceito. Muitas vezes sente que está se vendendo, já que as pesquisas são feitas com recursos públicos.”

O casal de acaba de publicar o livro *Jaguar, o rei das américas*, em que esmiúçam o papel da onça-pintada, o maior felino do continente, dos pontos de vista cultural e ambiental.

Nesta entrevista à **BRASIL SUSTENTÁVEL**, eles dão pistas das ilimitadas possibilidades de negócios que podem derivar da biodiversidade nacional.

BRASIL SUSTENTÁVEL Afinal, qual o valor comercial da biodiversidade brasileira?

LIANA JOHN O potencial da biodiversidade costuma ser entendido como uma coisa do futuro. No entanto, o que não faltam são pesquisas promissoras realizadas pela Universidade Vale do Rio Doce (Univale), pela Embrapa e o Instituto Butantan, entre outros. Vou dar um exemplo: a indústria camareira do Ceará descartava uma grande quantidade de cabeças e cascas de camarão. O setor decidiu procurar o químico Afonso Craveiro, da Universidade Federal do Ceará, para que ele os ajudasse a dar um destino adequado a esse resíduo, que não se degrada facilmente. A partir da quitina dessas carapaças, o pesquisador conseguiu sintetizar a quitosana, uma substância capaz de aglutinar gordura. Craveiro conseguiu levar ao mercado uma cápsula de quitosana que, uma vez ingerida, ajuda a combater o colesterol e a obesidade. No entanto, o pesquisador não parou por aí. Ele pensou: se a substância tem afinidade com a gordura animal, também deveria ter com o petróleo. De fato, as cápsulas conseguem aglutinar o óleo derramado na superfície da água doce ou salgada. Ele desenvolveu, então, uma cápsula de quitosana magnetizada e inseriu nela bactérias capazes de degradar óleo. Assim, em caso de acidentes como o do Golfo do México, no ano passado, o aglomerado do óleo e das cápsulas pode ser retirado facilmente com um ímã e as bactérias fazem a sua parte, ajudando a eliminar parte da contaminação.

BS Mas esse exemplo é uma exceção, não? Grande parte das tecnologias inspiradas na biodiversidade brasileira nem sequer chega ao mercado.

LJ De fato, não existe uma parceria entre a indústria e a academia. A informação não circula, fica

difícil saber quem pesquisa o quê. E os centros de pesquisa têm muitos estudos interessantes que acabam não avançando na fase em que as novas tecnologias teriam que ser testadas, porque esses testes podem ser muito caros.

EVARISTO DE MIRANDA Falta proatividade dos dois lados. Além disso, enfrentamos o problema de que não existe uma vinculação das pesquisas com rentabilidade e custos. A Embrapa, por exemplo, foi jogando fora seus economistas. Antigamente, eles tinham como função fazer uma análise econômica das novas tecnologias. Verificavam, por exemplo, qual a sua rentabilidade. Esse tipo de estudo é essencial. No entanto, no último concurso da Embrapa não foi aprovado nem um só economista. Eu me lembro de um episódio em que Jeb Bush, governador da Flórida e irmão do ex-presidente George W. Bush, que tinha particular interesse por pesquisas de cana-de-açúcar, perguntou aos técnicos da Embrapa o básico – qual o custo-benefício do investimento em novas tecnologias, em quantos anos o investimento seria recuperado – e eles não sabiam responder. A recomposição das equipes de economistas é fundamental.

BS Como melhorar esse diálogo?

EM O Brasil é um país de muita diversidade, mas pouca inovação. Aqui se passa exatamente o mesmo que ocorreu com a China, cujos imperadores impediam a vulgarização de descobertas. Precisaríamos de um grande programa de inovação tecnológica baseada em pesquisas da biodiversidade brasilei-

ra que envolvesse os setores público e privado. Mas não há nada nesse sentido. Tudo é feito na base do conta-gotas.

LJ Empresários podem buscar informações nas publicações de instituições como as fundações de amparo à pesquisa de São Paulo e do Rio de Janeiro. Outra via é entrar em contato com as incubadoras e agências de inovação, ligadas a universidades. Podem acompanhar os prêmios dados à inovação tecnológica. A Petrobras, por exemplo, premiou pesquisadores que se inspiraram no radar dos morcegos para desenvolver um medidor de vazão de gás que evita que se abram gasodutos para verificar se há um vazamento. Depois, adquiriu essa tecnologia.

Mas o melhor caminho para a empresa interessada em investir em novas tecnologias é procurar pesquisadores que tenham espírito de empreendedores, algo que não é comum na academia. É o caso de Afonso Craveiro, que eu citei, que faz parte de uma incubadora, o Parque de Desenvolvimento Tecnológico da Universidade Federal do Ceará. Ele tem uma boa visão de como utilizar seus estudos.

Um bom exemplo de como isso pode funcionar é o desenvolvimento de produtos à base de terpeno – um óleo, produzido pela casca de laranja, capaz de decompor gorduras e tirar o mau cheiro do ar. Hoje ele é usado na produção de desengraxantes e detergentes de uso industrial. Essa passagem da academia para o mercado deu certo porque o empreendedor conseguiu achar quem tivesse capital e estivesse disposto a investir. Juntos abriram uma empresa, que desenvolveu essa linha de produtos comerciais.

“O MELHOR CAMINHO PARA A EMPRESA INTERESSADA EM INVESTIR EM NOVAS TECNOLOGIAS É PROCURAR PESQUISADORES DE ESPÍRITO EMPREENDEDOR, ALGO POUCO COMUM NA ACADEMIA” Liana John



Convivência conflituosa: onças comprometem até 8% dos rebanhos de gado no Pantanal. Indenizar os produtores é uma forma de ajudar a conservar as espécies selvagens

BS A Lei da Inovação, aprovada no fim de 2004 para estimular o desenvolvimento científico e tecnológico, mudou alguma coisa?

EM De fato, a Lei da Inovação começou a mudar isso, facilitando juridicamente a transferência do conhecimento do público para o privado. Ela também deu origem ao Programa Nacional de Apoio a Incubadoras de Empresas e Parques Tecnológicos. Embora as iniciativas do governo federal nesse âmbito não tenham conseguido decolar, o programa avançou em alguns estados, como São Paulo, e tem ajudado na interação com as empresas.

**“ONÇA É QUE NEM SOGRÁ. TODO MUNDO QUER PRESERVAR, MAS NINGUÉM QUER TER UMA EM CASA”
Evaristo de Miranda**

BS Vocês acabaram de escrever um livro sobre o jaguar. Afinal, ele tem algo a ver com o desenvolvimento ou sua conservação é uma mera questão ética?

EM Eu costumo dizer que onça é que nem sogra. Todo mundo quer preservar, mas ninguém quer ter uma em casa. Veja, por exemplo, a relação dela com a pecuária. Aqui na América do Sul não há grandes herbívoros, mas o gado e os cavalos que fugiam das fazendas deram origem a rebanhos selvagens de animais, que eram mais fáceis de atacar e tinham muita carne. Eles propiciaram a proliferação do jaguar no século XVII, como indicam relatos dos jesuítas. No entanto, nos últimos anos o jaguar viu seu habitat encolher, sobretudo na Mata Atlântica, embora ele ainda seja muito comum na Amazônia e no Pantanal. O problema é que hoje os jaguares chegam a comprometer até 8% dos rebanhos de gado do Pantanal. Existem pecuaristas que aceitam essa predação, mas eu sinto que existe certo cansaço, tanto por parte dos fazendeiros de boa vontade quanto das ONGs que trabalham com a conservação da onça. Se um país acha que é importante conservar uma espécie, tem que compensar os produtores. Nos Estados Unidos, com a reintrodução do lobo na natureza, o governo criou um modelo em que se paga uma indenização de US\$ 600 por ovelha morta. A Itália faz o mesmo. Aqui, nenhuma iniciativa nesse sentido foi para a frente. **[BS]**

LIDERANÇA

«REPORTAGEM PATRÍCIA SILVA»

EXEMPLOS INSPIRADORES PARA MUDAR O MUNDO

ANA MARIA DRUMMOND

QUEM? Ana Maria Drummond, diretora-executiva da Childhood Brasil.

O QUÊ? Faz a mediação entre iniciativa privada e sociedade civil em busca do combate à exploração sexual infantil.

POR QUÊ? Acredita que não há como pensar em sustentabilidade sem olhar com atenção à proteção dos direitos da infância.

Tatiana Cardeal



COMO EM TANTAS outras histórias parecidas, Ana Maria Drummond, uma administradora de empresas de 38 anos, um dia achou que a vida estava vazia demais. A rotina casa-escritório já não tinha mais significado. O ponto de partida para a mudança foi um MBA em Administração na Università Commerciale Luigi Bocconi, em Milão (Itália). Depois de uma consultoria voluntária para uma ONG italiana, Ana Maria começou a encontrar um novo caminho.

De volta ao Brasil, em 2002, decidiu que não queria voltar aos escritórios de grandes empresas. “Eu senti a necessidade de usar meus conhecimentos para gerar transformações e sabia que não conseguiria isso apenas dentro de uma empresa”, lembra. Em busca dessas transformações, a administradora chegou à Childhood Brasil. A organização é um braço da World Childhood

Foundation, criada em 1999 pela Rainha Silvia, da Suécia, e instalada no Brasil no mesmo ano.

A Childhood tem como objetivo principal a defesa dos direitos da infância. Nas atividades brasileiras, o foco é o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes. Foi com essa causa que Ana Maria se identificou, encontrou um significado e a maneira que buscava para gerar transformações. Enfática, Ana Maria avalia que o combate à exploração sexual é uma das chaves para o desenvolvimento sustentável. “Como vamos construir o futuro do país permitindo que esse tipo de situação ainda aconteça? Como podemos pensar e discutir sustentabilidade, dizer que estamos preocupados com as gerações futuras, e ignorar essa questão? Não tem como!”

O cenário da exploração sexual no Brasil ainda é crítico. De acordo com dados da Organização Mundial do

“O COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL É A CHAVE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. COMO VAMOS CONSTRUIR O FUTURO DO PAÍS PERMITINDO QUE ESSE TIPO DE SITUAÇÃO AINDA ACONTEÇA?”

Ana Maria Drummond

Trabalho (OIT), cerca de 100 mil jovens brasileiros são vítimas de exploração sexual. No primeiro semestre de 2010, o Disque Denúncia Nacional (Ligue 100) recebeu mais de 3.600 denúncias de abuso e exploração sexual, além dos 13.472 registros de pornografia infantil na internet recebidos pela Central Nacional de Crimes Cibernéticos (SaferNet) no mesmo período.

Desde 2002 no cargo de diretora-executiva da Childhood, Ana Maria percebeu que para enfrentar essa questão é preciso pensar na corresponsabilidade, em parcerias intersetoriais, em ações conjuntas e permanentes. “Essa questão não é simples. Não é o esforço isolado de uma organização que vai mudar completamente esse cenário. Temos feito nosso papel, mas existe a questão de geração de oportunidades, de renda, e de resgatar a autoestima desses jovens”, avalia.

Mais de um milhão de jovens vítimas de exploração sexual já foram beneficiados pela Childhood Brasil. Baseados na premissa da corresponsabilidade, os programas “Na Mão Certa” e “Turismo Responsável e Infância” são hoje as duas grandes bandeiras da organização. O programa “Na Mão Certa” tem como foco enfrentar a exploração sexual nas estradas brasileiras, enquanto o “Turismo Sustentável e Infância” busca o fim do turismo sexual. Ambos envolvem diretamente os profissionais do setor, governo, iniciativa privada e sociedade. “Acreditamos que quem faz parte do problema também faz parte da solução”, diz Ana Maria.

Um dos eixos estratégicos da Childhood Brasil é o “PactAção”, que busca mobilizar o setor empresarial para agir em favor da causa. Foi nesse pilar que Ana Maria encontrou o significado que buscava em sua vida profissional. “Acredito que a minha missão profissional

seja justamente a mediação de mundos que são diferentes, como é o caso do empresarial e do social, e por meio disso trabalhar por uma transformação social”, revela.

TRANSFORMAÇÕES

Iniciativas semelhantes também buscam o apoio do setor empresarial, como o Programa ViraVida, idealizado pelo coordenador geral do Fórum Nacional do Sistema S, Jair Meneguelli. O ViraVida surgiu há dois anos a partir da indignação de Jair diante de uma triste cena. Em uma praia do litoral de Fortaleza, ele presenciou o agenciamento de meninas para turistas italianos. “A agenciadora entregava uma menina aqui, outra ali, como se estivesse entregando água de coco. Aquilo me mexeu comigo. Não eram minhas filhas, mas eram nossas crianças. Não dá para aceitar isso”, lembra.

A partir daí, Jair coordenou a criação do ViraVida, que oferece suporte psicossocial, atendimento à saúde e capacitação profissional a jovens explorados sexualmente. “O mais importante é dar a esses jovens uma nova perspectiva, uma oportunidade de mudarem suas vidas e de resgatarem sua autoestima”, resume.

Para Jair, a iniciativa privada tem papel fundamental na transformação de crianças e adolescentes explorados sexualmente. “É com trabalho, com emprego que esse jovem resgata sua cidadania. As empresas precisam olhar para além de seus muros. Existe uma realidade lá fora que também é responsabilidade nossa”, acredita. Ana Maria compartilha dessa opinião. Para ela, “a proteção da infância contra o abuso da exploração sexual deve ser olhada dentro de uma perspectiva maior – a perspectiva da responsabilidade social e da sustentabilidade.”

[BS]

A CONSCIÊNCIA TEM SEU PREÇO

PRODUTOS COM ALGUM ATRIBUTO DE SUSTENTABILIDADE, COMO OS ORGÂNICOS, CONTINUAM PESANDO MAIS NO BOLSO DO CONSUMIDOR DO QUE OS CONVENCIONAIS

REPORTAGEM PATRÍCIA SILVA

PESQUISAS NÃO FALTAM para mostrar que o consumidor brasileiro está mais atento aos critérios socioambientais dos produtos que encontra nas prateleiras dos supermercados. Essa consciência, no entanto, não se transforma automaticamente em decisão de compra. Uma das explicações para essa distância entre a percepção de valor e a atitude é o elevado custo de produtos com esses diferenciais. É o que indica, por exemplo, a recente pesquisa “Sustentabilidade Aqui e Agora”, publicada pela rede varejista Walmart em parceria com o Ministério do Meio Ambiente. Dados da pesquisa revelaram que 74% dos consumidores são motivados a comprar produtos de menor impacto ambiental, mas o custo é um fator importante na hora de decidir qual item vai para o carrinho.

Basta uma visita a qualquer supermercado para entender por que. BRASIL SUSTENTÁVEL fez uma pesquisa em duas lojas de grandes redes varejistas da capital paulista, em diferentes regiões da cidade. A lista contemplou 13 produtos de alimentação (veja tabela na página ao lado) e a coleta dos dados foi feita no mês de janeiro. A pesquisa mostrou que os produtos com

algum atributo de sustentabilidade saem, em média, 134% mais caros para o consumidor.

Para Adriana Charoux, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), a diferença de preços entre os “produtos normais” e os “sustentáveis” é em parte justificável. “De fato, as mudanças para incorporar critérios socioambientais na produção implicam um aumento no custo, que é repassado para o consumidor”, explica. Ela faz, porém, uma ressalva:

“Uma parcela desse custo é uma supervalorização do produto”.

O grande desafio dos fabricantes e distribuidores é oferecer aos consumidores produtos mais amigáveis do ponto de vista da sustentabilidade a um custo acessível para uma parcela maior da população. Adriana sinaliza que atualmente os consumidores desses produtos formam um nicho específico de mercado. “Em geral é aquele consumidor que quer, de alguma forma, compensar a sua pegada ecológica. É o consumidor que tem consciência de seus impactos, mas não quer mudar seus hábitos, por isso compensa comprando produtos mais sustentáveis”, avalia.



SIM, É BEM MAIS CARO

Vários produtos “sustentáveis” custam muito mais que o dobro dos produtos comuns

ARTIGOS “COMUNS”	PREÇO	ARTIGOS “SUSTENTÁVEIS”	PREÇO	VAR. %
Arroz Agulhinha Tipo 1 TIO JOÃO 1 kg	R\$ 2,34	Arroz à Vácuo Integral Orgânico TIO JOÃO 1 kg	R\$ 6,94	197%
Feijão Preto Tipo 1 CAMIL 1 kg	R\$ 4,06	Feijão Preto Orgânico VIAPAXBIO 1 kg	R\$ 10,97	170%
Açúcar Refinado UNIÃO 1 kg	R\$ 2,88	Açúcar Claro Orgânico NATIVE 1 kg	R\$ 4,16	44%
Farinha de Trigo Tradicional DONA BENTA 1 kg	R\$ 2,02	Farinha de Trigo Branca Orgânica VIAPAXBIO 1 kg	R\$ 8,87	339%
Café à Vácuo Torrado e Moído PILÃO 250 g	R\$ 3,91	Café Orgânico em Grãos CIA ORGÂNICA 250 g	R\$ 13,80	253%
Achocolatado em Pó Nescau NESTLÉ Lata 400 g	R\$ 4,01	Achocolatado em Pó Orgânico NATIVE 400 g	R\$ 10,69	167%
Macarrão com Ovos Espaguete Nº 8 ADRIA 500 g	R\$ 1,98	Macarrão Integral Orgânico Spaguetti DELVERDE 500 g	R\$ 8,23	316%
Nectar Light TAEQ Goiaba 1 litro	R\$ 4,23	Suco Orgânico Goiaba Novocitrus 1 litro	R\$ 10,89	157%
SUBTOTAL – Básicos “comuns”	R\$ 25,43	SUBTOTAL – Básicos “sustentáveis”	R\$ 74,55	193%
ARTIGOS “COMUNS”	PREÇO	ARTIGOS “SUSTENTÁVEIS”	PREÇO	VAR. %
Laranja Pêra 1 kg	R\$ 2,98	Laranja Pêra Orgânica TAEQ 1Kg	R\$ 5,39	81%
Tomate Comum 500 g	R\$ 3,89	Tomate Salada Orgânico TAEQ 500g	R\$ 7,19	85%
Batata Comum 600 g	R\$ 1,25	Batata Inglesa Orgânica TAEQ 600g	R\$ 6,49	419%
Cebola Nacional Comum 1 kg	R\$ 2,22	Cebola Orgânica TAEQ 1 kg	R\$ 6,99	215%
Alface Crespa unidade	R\$ 2,03	Alface Crespa Orgânica TAEQ unidade	R\$ 2,89	42%
SUBTOTAL – Hortifrutí “comum”	R\$ 12,37	SUBTOTAL – Hortifrutí “sustentáveis”	R\$ 28,95	134%
VALOR TOTAL DA COMPRA	R\$ 37,80	VALOR TOTAL DA COMPRA	R\$ 103,50	174%



INFORMAÇÃO

A falta de informação e orientação sobre melhores hábitos de consumo é outro fator que interfere nas compras dos brasileiros. Para Luciana Betiol, coordenadora do Programa Consumo Sustentável do Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV), é preciso mudar a cultura de consumo. “Ainda temos uma visão de curto prazo. Há uma dificuldade em entender que você pode pagar mais barato naquele produto agora, mas ele vai sair mais caro em longo prazo, como é o caso das lâmpadas incandescentes”, avalia.

Para Luciana, o poder público, a iniciativa privada e órgãos da sociedade civil devem estar engajados em levar informação de qualidade para conscientizar os consumidores sobre os impactos do consumo. Julia Noble, gerente de sustentabilidade do Walmart Brasil, concorda e afirma que “um dos papéis do varejo é ajudar a educar o cliente para consumir corretamente.”

É preciso ter cuidado, entretanto, ao passar essas informações para quem compra. “Em geral, essa ‘educação’ lida com uma coisa muito perigosa: a culpa,” diz Adriana. “É

evidente que o consumidor tem responsabilidade pelo que compra, mas as empresas precisam mudar seus processos de produção para oferecerem produtos menos agressivos,” pondera. Luciana também enfatiza outro ponto fundamental: “É preciso ter muito cuidado para não gerar uma aversão ao tema, e acarretar o efeito contrário.”

CORRESPONSABILIDADE

Para que o consumo sustentável aconteça na prática, é preciso que todas as etapas da cadeia estejam envolvidas e empenhadas na mudança dos processos de produção, de venda e dos hábitos de consumo. A gerente de sustentabilidade do Walmart destaca que é papel do varejo dialogar e buscar parcerias com fornecedores para oferecer melhores possibilidades de escolha para o consumidor. Julia defende que é possível consumir de maneira mais sustentável sem pagar mais para isso. “Existem alguns produtos que realmente são mais caros, como é o caso dos orgânicos, com um valor, em geral, 30% maior. Mas hoje já temos vários exemplos de produtos menos agressivos e com um preço menor”, explica.

[BS]

NEGÓCIOS INCLUSIVOS

UMA OPORTUNIDADE AINDA POUCO EXPLORADA

CICLO SUSTENTÁVEL 2010 É ENCERRADO COM DEBATE SOBRE OS BONS NEGÓCIOS QUE AS EMPRESAS PODEM FAZER COM A POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA, COM GANHOS PARA OS DOIS LADOS

A IMPORTÂNCIA das classes C, D e E em um novo modelo de desenvolvimento econômico foi o tema do último encontro do Ciclo Sustentável 2010, realizado em Salvador, em novembro. O negócio inclusivo pode ser descrito como um bom negócio feito pelas empresas com a população de baixa renda, que se torna um novo consumidor ou um novo fornecedor dessa empresa. “Não é filantropia. É um negócio lucrativo para os dois lados”, explicou a presidente do CEBDS, Marina Grossi, na abertura do encontro.

Um dos exemplos de negócios inclusivos apresentados no encontro foi o do grupo Walmart Brasil, que lançou uma nova linha de rede de supermercados, a Walmart Todo Dia, especialmente para a população dos bairros mais pobres. Além dos produtos comuns a todas as lojas, a nova rede oferece serviços de saúde, com consulta em clínica médica, pediatria, obstetrícia, clínica geral e ginecologistas. Também há serviços como *lan house* popular, emissão de documentos, agência de empregos e uma sala de cursos, tudo gratuito ou a preços bem baixos. A empresa faz o monitoramento dos acessos e já notou que os clientes têm ido mais vezes ao supermercado. O número de novos clientes cresceu 10%.

O coordenador geral do Instituto de Permacultura da Bahia, Alan Guedes, apresentou o programa de educação e cidadania Umbuzeiro – Escola Sustentável do Semiárido, patrocinado pela Petrobras. “Somos uma escola itinerante, sem espaço físico. Atuamos por meio de encontros com cerca de 44 educandos, que são organizados em grupos de quatro. Eles são responsáveis por disseminar entre 12 pessoas de 12 comunidades os temas mais caros à agroecologia, com o objetivo de fazer com que essas pessoas que estão na lida diária com a agricultura desenvolvam uma relação amigável com a terra”, explicou.

VISÃO DE EMPRESAS E ONGS

Foram apresentadas duas pesquisas sobre o tema Mercados Inclusivos. Uma delas, realizada pela Fundação Dom Cabral, ouviu 128 empresas de todo o país. Os resultados mostram que as empresas enxergam como entrave para os negócios inclusivos a falta de conhecimentos e habilidades das pessoas para participar da cadeia de valor, seja como empregado ou como fornecedor, além de um ambiente regulatório ineficiente e da falta de informação sobre esse mercado.

Outra pesquisa, encomendada pelo CEBDS para a Market Analysis, ouviu 81 pessoas entre representantes de organizações beneficiadas por iniciativas inclusivas e membros das grandes empresas. Os resultados mostraram que o tema ainda é secundário para as empresas e ONGs, e que essas organizações possuem uma visão diferenciada sobre o assunto: enquanto as ONGs desejam que sejam gerados empregos, as empresas julgam que sua colaboração está mais ligada à capacitação profissional. Tanto ONGs quanto as empresas são otimistas na consolidação de negócios inclusivos para esta década, mas para isso é necessário gerar mudança de comportamento no consumidor e valorização do tema pelas empresas de investimento.

DESENVOLVER A AMÉRICA LATINA

Susan Olsen, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), apresentou o programa Oportunidades para a Maioria. Com ele, o BID dá suporte para que o setor privado promova o desenvolvimento econômico e social da base da pirâmide na América Latina, onde 360 milhões de pessoas ganham menos de 15 reais por dia. É o que o BID chama de Mercado da Maioria, caracterizado por ser majoritariamente informal, com vendas unitárias e preços baixos, mas centenas de milhões de clientes potenciais e acesso limitado a oportunidades tradicionais. Nos nove países estudados pelo banco, entre eles o Brasil, a base da pirâmide representa 40% de todo o consumo.

Os empréstimos do programa do BID podem financiar várias operações, como operações de capital de giro ou microcrédito, aquisição de ativos, investimento em longo prazo ou ainda uma combinação desses produtos com preços de mercado para assegurar a sustentabilidade.

Representante da Câmara Temática de Finanças do CEBDS, Lincoln Cesário Fernandes destacou uma governança mais madura das instituições financeiras no atual cenário. “Com o desenvolvimento socioeconômico, temos o desafio de aproveitar essa maré. Hoje, a classe C representa mais de 50% da população brasileira e a linha de pobreza tende a diminuir”, declarou. Fernandes mencionou a necessidade de os bancos inovarem a relação com os públicos, e citou o exemplo do Bradesco. “Hoje o Bradesco oferece um seguro voltado para a baixa renda, no valor de R\$ 5,98, que premia com até R\$ 10 mil. Para isso, eles colocaram duas



Susan Olsen, do BID: aprendizados sobre a base da pirâmide na América Latina

pessoas morando numa mesma comunidade de baixa renda, pesquisando desde as demandas até as formas de comunicação com esse cliente”, contou Fernandes.

O Banco Gerador, com sede em Pernambuco, apresentou parte das soluções encontradas para dinamizar suas atividades com os segmentos C, D e E – basicamente o acesso ao crédito. Segundo o CEO Paulo Dalla Nora Macedo, a instituição já mantém negociações com 30 prefeituras baianas. Cerca de 80% da carteira de clientes estão no Norte e Nordeste do Brasil. Outra particularidade do Gerador é seu foco em municípios fora das regiões metropolitanas, com menos habitantes. “Nosso maior desafio ainda é a educação financeira de nossos clientes. Temos muita dificuldade de mapear a capacidade de pagamento deles e, por isso, às vezes, oferecemos o produto errado por não conseguir as informações corretas”, explicou Macedo. Ele considera a base da pirâmide “o mercado do futuro”. “É preciso atentar para o aumento do poder aquisitivo dessas classes”, afirmou. “Atualmente, a renda dos mais pobres cresce sete vezes mais que a dos mais ricos.”

[BS]

OPINIÃO

NEGÓCIOS PARA PROMOVER A INCLUSÃO SOCIAL



FILIPPO VEGLIO

A POBREZA e a desigualdade continuam sendo desafios críticos para o desenvolvimento sustentável e a estabilidade global. Os negócios, como um motor de crescimento, desempenham um papel fundamental na aceleração do progresso. As empresas podem ter um papel proativo por meio do desenvolvimento de empreendimentos de negócios inclusivos – soluções sustentáveis que vão além da filantropia e expandem o acesso a mercadorias, serviços e oportunidades de subsistência para comunidades de baixa renda em atividades comercialmente viáveis.

Os negócios inclusivos propiciam a criação de oportunidades de emprego para as comunidades de baixa renda tanto diretamente quanto por meio das cadeias de valor das companhias, tais como fornecedores, distribuidores, varejistas e fornecedores de serviços. As empresas também podem desenvolver maneiras de fornecer produtos e serviços financeiramente acessíveis que atendam às necessidades básicas de alimentação, água, saneamento, moradia e serviço de saúde. Ou, ainda, criar modelos comerciais inovadores que possibilitem o acesso aos principais facilitadores do desenvolvimento, como energia, comunicação, finanças e seguros.

Empresas membros do WBCSD, em todos os setores, estão testando e desenvolvendo atividades nessa área. Entre as práticas testadas estão o engajamento de empresários independentes que distribuem e vendem produtos em áreas de difícil acesso, a busca de matérias-primas de pequenos produtores, a facilitação de transações financeiras por telefones celulares e apoio ao desenvolvimento de empresas locais. Uma biblioteca *online* com estudos de casos pode ser acessada em www.wbcsd.org/web/dev/cases.htm.

Os negócios inclusivos despontam como uma grande promessa, mas ainda são limitados e há uma necessidade urgente de encontrar maneiras de replicá-los, equilibrá-

los e estimular outras empresas a tomar a mesma iniciativa. Uma forma pela qual o WBCSD está avançando em sua agenda é o desenvolvimento de recursos e instrumentos de apoio às empresas que desejem fazer negócios de modo mais inclusivo.

Recentemente, o Conselho lançou *O Desafio dos Negócios Inclusivos (The Inclusive Business Challenge)*, uma ferramenta de apresentação e simulação que introduz os desafios, diretrizes e princípios dos negócios inclusivos. Esse material apresenta bons exemplos práticos e sugere modos de integração dos negócios inclusivos com a estratégia da empresa. A ferramenta está disponível em português em www.wbcsd.org/web/ibchallenge.htm.

Além disso, o WBCSD está comprometido com a construção de uma Rede de Trabalho de Líderes de Negócios Inclusivos que se estende pelas indústrias e países na América Latina. A rede de trabalho, que envolve os representantes nacionais do WBCSD, como o CEBDS e suas associadas no Brasil, tem como objetivo engajar os executivos na expansão da causa dos negócios inclusivos para seus parceiros, governos e organizações internacionais. A ideia é promover o conceito em suas próprias empresas e cadeias de valores, compartilhando o aprendizado com outros e criando uma voz empresarial única para pleitear condições que apoiem práticas comerciais inclusivas na região. É importante lembrar que os negócios não poderão fazer isso sozinhos, e que os governos precisam estabelecer as condições apropriadas de políticas legais, institucionais e financeiras.

Estamos em um marco no desenvolvimento dos negócios inclusivos. Ao longo de vários anos, os negócios têm ido muito além da filantropia, da mitigação de investimentos de riscos no desenvolvimento de comunidades, para novas maneiras de fazer *core business*. O WBCSD continuará em sua busca para engajar e inspirar os outros, compartilhar aprendizagens e alcançar impacto e equilíbrio.

Faça revisões em seu veículo regularmente.



**TÃO IMPORTANTE
QUANTO SABER
FAZER UM PNEU
É SABER DESFAZER
UM PNEU.**

É com esse pensamento que a Goodyear há 13 anos trabalha como associada da ANIP (Associação Nacional das Indústrias Pneumáticas), com o objetivo de dar destinação correta aos pneus sem condições de uso. Em 2007, em decisão conjunta com a ANIP, foi fundada a Reciclanip, uma entidade sem fins lucrativos, para cuidar exclusivamente das ações de coleta e reciclagem de pneus. E assim mais de 1,2 milhão de toneladas de pneus já foram transformados em asfalto ecológico, solas de sapato, tapetes de carro, combustível para fornos de cimenteiras, entre outros novos reúsos. Esse é apenas um dos esforços da Goodyear na busca por produtos, processos e relacionamentos cada vez mais sustentáveis.

*A Goodyear
acredita que
todo pneu pode
rodar mais.*

GOODYEAR

Viva Nas Asas Da Goodyear

Por trás
de uma
vida
existem
muitas
outras.

Gente

Pessoas são a maior riqueza da humanidade. Nos perguntamos todos os dias: Como cuidar de cada uma delas? No mundo todo, o cuidado com a vida é um dos nossos valores fundamentais. E, como descobridores, buscamos sempre novas formas de inovar. De ir além. Por isso, investimos em treinamento, saúde e segurança para que todos aqueles que fazem hoje a mineração do futuro trabalhem seguros. Porque a gente sabe que por trás de uma vida existem muitas outras.

Vale. Não existe futuro sem mineração. E não existe mineração sem pensar no futuro das pessoas.